



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MAISA LIMA PEREIRA**

**A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS E OS EFEITOS EM COMUNIDADES  
TRADICIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2019**

MAISA LIMA PEREIRA

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS E OS EFEITOS EM COMUNIDADES  
TRADICIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES

Monografia apresentada à UFT – Universidade  
Federal do Tocantins – Campus Universitário  
de Miracema para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social, sob orientação da  
Prof.(a) Dr.(a). Rosemary Negreiros de Araújo.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- P436c    Pereira, Maisa Lima.  
          A Construção de Hidrelétricas e os efeitos em comunidades Tradicionais:  
          Algumas reflexões . / Maisa Lima Pereira. – Miracema, TO, 2019.  
          77 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2019.  
Orientadora : Dr.(a) Rosemary Negreiros de Araújo
1. Comunidades tradicionais. 2. Camponeses. 3. Hidrelétricas. 4.  
Privatização da água. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**  
**dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MAISA LIMA PEREIRA

A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS E OS EFEITOS EM COMUNIDADES  
TRADICIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES

Monografia apresentada à UFT –  
Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus de Miracema, Curso de Serviço  
Social, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharela em  
Serviço Social e aprovada em sua forma  
final pela Orientadora e pela Banca  
Examinadora.

Data de Aprovação 19/12/2019.

Banca Examinadora:

*Rosemary Negreiros de Araújo*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemary Negreiros de Araújo, Orientadora, UFT

*Raí Vieira*

Prof. Msc Raí Vieira Soares, Examinador, UFT

*Antônio*

Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira, Examinador, UFT

É com imensa alegria que dedico este trabalho de monografia a minha família, a orientadora Rosemary Negreiros e a todos os povos atingidos por barragens.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus que é a minha fortaleza.

Não posso esquecer também a todos que me ajudaram a concluir este curso. Muitas dificuldades surgiram no caminho, mas pessoas como os colegas de turma, todo o quadro de professores do Serviço Social como a orientadora Rosemary Negreiros, professores Raí Vieira, Amanda, André Augusto, Maria Helena Cariaga, e em especial a minha supervisora de estagio Fabiane Camargo Rodrigues Brito, uma profissional exemplar, que com a sua dedicação e amor me mostrou que eu podia ir mais além, e que a nossa profissão não é só teoria, mas é também a prática e que ambas devem andar sempre juntas.

Deixo aqui registrado o meu muito obrigada ao professor Antônio Miranda do curso de Pedagogia, e o Grupo de Pesquisa EDURURAL, que desenvolveu atividades de ensino e extensão ofertando disciplinas que contaram com leituras que contribuíram muito para a realização desta monografia.

Serei sempre grata a minha família, que sempre me incentivou a estudar, mesmo nos momentos difíceis me mostraram que o melhor caminho a seguir para a transformação da vida e a educação é um muito importante neste processo.

## RESUMO

Este trabalho é a monografia de conclusão do curso de Serviço Social e teve como objetivo principal analisar e compreender os conflitos e efeitos da construção de usinas hidrelétricas em comunidades tradicionais de camponeses e indígenas no Tocantins. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfico que priorizou o estudo de obras que abordam a construção de usinas hidrelétricas no rio Tocantins e que causaram danos para populações indígenas e camponesas, como é o caso das usinas de Lajeado e Estreito. A implantação de grandes projetos para geração de energia elétrica se baseia num discurso de modernização e desenvolvimento regional, trazendo em seu interior a ideia de que todos serão beneficiados com esse tipo de empreendimento. O estado brasileiro, articulado aos interesses dos grupos dominantes que representam as elites internas e externas, tem feito sistematicamente a defesa e a opção por um modelo de desenvolvimento que não tem a vida humana com fim. As leituras que fizemos e a experiência de conviver em relação com esse processo nos permite inferir que a UHE de Lajeado causou danos permanentes ao povo Akwẽ-Xerente, imprimindo alterações significativas no seu modo de vida e que a comunidade camponesa de Palmatuba, com uma história de mais de 70 anos e que existia em Babaçulândia, foi destruída pela UHE de Estreito sem a possibilidade de se reconstituir como comunidade.

**Palavras-chave:** Comunidades tradicionais. Camponeses. Hidrelétricas. Privatização da água.

## ABSTRACT

This paper is the concluding monograph of the Social Work course and its main objective was to analyze and understand the conflicts and effects of the construction of hydroelectric plants in traditional peasant and indigenous communities in Tocantins. This is a qualitative, bibliographic research that prioritized the study of works that address the construction of hydroelectric plants on the Tocantins River and that caused damage to indigenous and peasant populations, such as the Lajeado and Estreito plants. The implementation of large projects for electric power generation is based on a discourse of modernization and regional development, bringing inside the idea that everyone will benefit from this type of enterprise. The Brazilian state, articulated with the interests of the dominant groups that represent the internal and external elites, has systematically defended and opted for a development model that does not have human life with an end. Our readings and the experience of living with this process allow us to infer that the Lajeado HPP caused permanent damage to the Akwe-Xerente people, causing significant changes in their way of life and that the Palmatuba peasant community with a history over 70 years old and existing in Babaerland, it was destroyed by the Estreito HPP without the possibility of reconstituting itself as a community.

**Keywords:** Traditional Communities. Peasants. Hydroelectric dams. Undoing. Privatization of water.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Principais etapas na formação do setor elétrico brasileiro .....	17
Quadro 2 - Usinas Hidrelétricas projetadas para afluentes do Rio Tocantins e Araguaia...	27
Quadro 3 - Procedimentos institucionais e legais para a elaboração do Estudo de Inventário.....	31
Mapa 1 - Localização do Povoado de Palmatuba no contexto brasileiro e tocantinense ....	53
Desenho 1 - Representação do rio Tocantins antes da construção da UHE de Lajeado na aldeia Porteira .....	68
Desenho 2 - Representação do rio Tocantins depois da construção da UHE de Lajeado na aldeia Porteira .....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de barragens planejadas para o leito principal do rio Tocantins na década de 1970 e 1980 .....	26
Tabela 2- Potencial hidrelétrico brasileiro por bacia hidrográfica – situação em março de 2003 .....	29
Tabela 3 - Distribuição das famílias e estabelecimentos rurais por município .....	32
Tabela 4 - Reassentamentos Rurais implantados pela UHE do Lajeado.....	33
Tabela 5 - A área total dos municípios atingidos pela UHE de São Salvador .....	34
Tabela 6 - Relação dos povos indígenas do Tocantins .....	36

## LISTA DE SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCM	Camargo Correa Metais
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
PROCAMBIX	Programa para a Comunidade Indígena Xerente
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina hidroelétrica
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 UM HISTÓRICO DO MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO .....</b>	<b>15</b>
2.1 Histórico do modelo energético brasileiro.....	15
2.2 Projetos de hidrelétricas na bacia do rio Tocantins .....	24
<b>3 COMUNIDADES TRADICIONAIS E CAMPESINATO.....</b>	<b>35</b>
3.1 Pensando em comunidades tradicionais .....	35
3.2 As origens do campesinato.....	41
<b>4 CAPITULO – AS HIDRELÉTRICAS E OS DANOS CAUSADOS A COMUNIDADES TRADICIONAIS NO TOCANTINS.....</b>	<b>50</b>
4.1 A desterritorialização dos camponeses de Palmatuba em Babaçulândia –TO pela Usina Hidrelétrica de Estreito (SIEBEN, 2012) .....	50
4.2 Os indígenas Akwe-Xerente e os impactos da UHE de Lajeado (ARAÚJO, 2016) .....	59
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é a monografia de conclusão do curso de Serviço Social. Seu objetivo principal é analisar e compreender os conflitos e efeitos da construção de usinas hidrelétricas em comunidades tradicionais de camponeses e indígenas no Tocantins. Todos sabemos que a implantação de grandes projetos para geração de energia elétrica se baseia num discurso de modernização e desenvolvimento regional, trazendo em seu interior a ideia de que todos serão beneficiados com esse tipo de empreendimento. As leituras que fizemos e a experiência de conviver em relação com esse processo nos informa que também há muitos prejuízos, especialmente para as populações mais pobres desses lugares.

Desde o início do curso procurei fazer o percurso de minha formação sempre pensando na necessidade de aumentar a possibilidade de contribuir com pessoas que vivem e pertencem à mesma realidade da qual faço parte. Por outro lado, fui percebendo que seria difícil articular esse processo, mas encontrei amparo em algumas atividades formativas das quais participei no meu curso de origem e em outros cursos.

As primeiras ideias voltadas para a construção do trabalho monográfico foram ocorrendo na medida em que se aprofundava a formação específica da profissão do assistente social, especialmente quando cursei disciplinas de fundamentos, do campo do estágio supervisionado, mas também foram marcantes neste processo disciplinas do campo político, social, bem como a participação em atividades acadêmicas como seminários, palestras que traziam reflexões acerca dos povos indígenas, camponeses e outras temáticas.

Considerando o objetivo geral e este contexto da formação construímos o problema de nossa pesquisa monográfica e assim decidimos investigar “quais os efeitos da construção de hidrelétricas para comunidades tradicionais no Tocantins”? Como objetivos específicos definiu-se os seguintes: Conhecer uma literatura específica acerca do modelo energético brasileiro e a construção de hidrelétricas; discutir o que são comunidades tradicionais - camponeses e como este segmento social vem sendo atingido por projetos de construção de hidrelétricas; e, apresentar reflexões acerca de danos causados por hidrelétricas para comunidades camponesas e indígenas no Tocantins. Compreendemos que esse ainda é um debate inicial em nosso curso, mas a realidade exige necessidade de buscar mais leitura e aprofundamento para que possamos construir possibilidade de intervenção mais adequada e crítica em problemas que estão aí diante de nós todos os dias.

Entendemos, de acordo com Minayo (2007, p.17) que pesquisa “é a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade e que nada pode ser intelectualmente um

problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. Só foi possível decidir estudar os problemas causados por usinas hidrelétricas para populações tradicionais no Tocantins, porque esse também é um problema que atinge a mim e minha família neste momento.

Há muito tempo o ser humano vem aprendendo a utilizar de forma equilibrada a água, que é um bem natural vital, mas que a partir do desenvolvimento do capitalismo e com a revolução industrial, com o avanço da ciência e da tecnologia o seu uso passou ser feito na lógica da produção capitalista, portanto a água se torna uma mercadoria que cria produtos para gerar lucros para o capital internacional e seus representantes no Brasil. Um dos efeitos desse processo é a apropriação privada da água por distintos grupos econômicos, apoiados nas ações do Estado brasileiro, e o resultado é a prática do barramento (construção de usinas hidrelétricas) em diversas bacias hidrográficas existentes no Brasil para gerar energia, causando enormes conflitos sociais, ambientais e a destruição de comunidades inteiras pela formação dos lagos oriundos desses empreendimentos.

Considerando esses elementos optou-se por uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica. Minayo e Deslandes (2007) consideram que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, das Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificada. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO; DESLANDES, 2007, p.21).

Como nossa preocupação principal foi conhecer mais sobre empreendimentos hidrelétricos e seus efeitos para comunidades tradicionais no Tocantins (especialmente camponeses e indígenas), colocou-se como necessário o estudo de obras desta área. Neste sentido utilizou-se como fontes bibliográficas livros, teses e dissertações que tratam de estudo sobre comunidades tradicionais, os modos de vida, os conflitos, a lógica capitalista que causa transtornos para comunidades tradicionais no processo de geração de energia elétrica via empreendimentos hidrelétricos.

Do ponto de vista de sua organização, a monografia está estruturada em três capítulos que se articulam para dar conta de trazer os resultados das leituras e reflexões que fizemos com a ajuda dos autores que fizeram parte desse trabalho. Assim, no primeiro capítulo intitulado “Um histórico do modelo energético brasileiro” apresentou-se um histórico do modelo

energético brasileiro discutindo as origens e os distintos processos de sua implantação, especialmente aquele que é majoritário e que tem como base as hidrelétricas e que ocorreu permeado de conflitos e contradições, bem como com articulações confusas na visão dos povos marginalizados, entre o público e o privado. Apresentou-se ainda um recorte histórico que procurou dar conta de aspectos que indicam a natureza de sua origem e implantação ao longo do tempo, bem como algumas reflexões acerca do movimento de construção de hidrelétricas, chamando atenção para projetos da bacia do rio Tocantins. Para dar conta desse percurso privilegiamos as leituras de obras de: Gomes e Vieira (2009); Feliciano (1988); Foschiera (2010); Batista (2011) e Mauriz (2008).

No segundo capítulo, considerando que o objetivo principal desse estudo está articulado com a ideia de compreender os efeitos da construção de hidrelétricas em comunidades tradicionais, apresentamos os resultados das leituras que fizemos visando discutir comunidades tradicionais e camponesas. Inicialmente apresentou-se uma discussão sobre comunidades tradicionais, na qual situamos o campesinato e os indígenas como um tipo de comunidade tradicional e, em seguida fizemos algumas reflexões específicas acerca do termo camponês, pensando suas origens e o processo de ocupação do território do Tocantins e situando os camponeses neste processo. Aqui privilegiamos as leituras de: Brandão (2009); Diegues (2000); Godoy (1999); Martins (1981) e Moura, (1986).

No terceiro capítulo denominado “As hidrelétricas e os danos causados a comunidades tradicionais no Tocantins”, apresentamos casos de comunidades tradicionais camponesas e indígenas do Tocantins que tem sofrido processos de destruição em razão da construção de hidrelétricas. Tomamos como referência para as reflexões dessa parte do trabalho, a leitura de duas teses de doutorados (SIEBEN, 2012) e (ARAÚJO, 2016). Esses estudos foram escolhidos porque ambos estão articulados com a temática da análise de processos de construção de duas hidrelétricas e seus impactos para populações indígenas (Povo Akwê -Xerente), que sofre impacto permanente em razão da UHE de Lajeado e a comunidade camponesa de Palmatuba que existia em Babaçulândia no Tocantins e que foi destruída pela Usina Hidrelétrica de Estreito.

## **2 UM HISTÓRICO DO MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO**

O objetivo principal desse texto é apresentar um histórico do modelo energético brasileiro. As origens e os distintos processos de implantação do modelo energético brasileiro, especialmente aquele que é majoritário e que tem como base as hidrelétricas que ocorreu permeado de conflitos e contradições, bem como com articulações confusas na visão dos povos marginalizados, entre o público e o privado. O texto está organizado em duas partes. Na primeira, apresenta-se um recorte histórico que procura dar conta de aspectos que indicam a natureza de sua origem e implantação ao longo do tempo; e a segunda que traz algumas reflexões acerca do movimento de construção de hidrelétricas, chamando atenção para projetos da bacia do rio Tocantins.

### **2.1 Histórico do modelo energético brasileiro**

Em nenhum outro momento da história brasileira a degradação do meio ambiente, da biodiversidade, da flora e da fauna foi tomada como uma preocupação real e recorrente como nos tempos em que estamos vivendo hoje. O uso excessivo dos recursos naturais, somado a uma grande e verdadeira destruição do bioma brasileiro, resulta em consequências gravíssimas tanto para a natureza quanto para as populações que vivem mediando sua existência com o trabalho na terra.

Concordamos com Barbosa, Giongo e Mendes (2018) quando dialogando com outros autores afirmam que:

Neste contexto, enquanto que para alguns o meio ambiente possui uma conotação mercantil, para outros, a natureza é fonte de subsistência, de sobrevivência e de conexão identitária (Santos, 2015). Ironicamente, estes últimos raramente são consultados antes da construção desses grandes empreendimentos, mesmo que isso resulte em prejuízos para as suas relações sociais, perda de suas identidades, incerteza com relação ao futuro, desolação e os danos à saúde (VAINER, 2007).

O Estado brasileiro, articulado aos interesses dos grupos dominantes que representam as elites internas e externas, tem feito sistematicamente a defesa e a opção por um modelo de desenvolvimento que não tem a vida humana com fim. Aliás, já desde os primórdios de nossas relações com o mundo europeu, capitalista, instalou-se no território brasileiro uma perspectiva de relação com o mundo natural e humano fundada nos princípios da mercantilização, portanto na subjetividade do capital, que gera sucessivos prejuízos para os mais pobres, pois são os primeiros a serem expropriados de seus espaços de viver, de seus territórios.



Compreendemos que os “grandes” empreendimentos hidrelétricos que vemos no Brasil e no Tocantins, nascem exatamente articulados com um contexto de apropriação de territórios dos mais pobres, desenvolvido em escala mundial, e este é um processo que está em expansão no Brasil. Mais adiante neste trabalho, vamos desenvolver reflexões sobre os impactos deste processo para populações camponesas e indígenas no Tocantins. Como nos diz Barbosa, Giongo e Mendes (2018),

Nos últimos 50 anos, os planos de desenvolvimento no Brasil estiveram diretamente relacionados à concepção e à implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, como é o caso das hidrelétricas (Bermann, 2007; Vainer, 2007), já que a política de geração de energia elétrica elegeu como alvo principal os recursos hídricos (Alves & Justo, 2011). Além disso, para inserir-se no regime de mundialização, o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, utilizou como estratégia a exploração de seus recursos naturais e a exportação de produtos de baixo valor agregado que consomem energia em larga escala, como é o caso do alumínio, do aço, do cimento e do ferro (Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB], 2011), processo que resultou no aumento das desigualdades, dos impactos e dos riscos ambientais (Zhou & Oliveira, 2007). (BARBOSA, GIONGO E MENDES, 2018, p. 166).

Obviamente que isto não ocorre sem consequências danosas para todos. Barbosa, Giongo e Mendes (2018), utilizando dados de 2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como do Movimento dos Atingidos por Barragem, de 2008, informam que:

O Brasil situa-se entre os 24 países que produzem 90% de toda a energia disponível no mundo e é considerado o país com maior potencial hidrelétrico. O modelo energético nacional assenta-se na fonte hídrica e, por isso, 79% de toda a energia produzida nacionalmente advêm das mais de duas mil barragens construídas, que, por sua vez, produziram deslocamentos estimados de, no mínimo, um milhão de pessoas (BARBOSA, GIONGO E MENDES, 2018, p. 166).

Os maiores problemas desses empreendimentos ficam mais visíveis durante o período de implantação, quando efetivamente ocorre o barramento dos rios e as empresas e seus representantes passam a expulsar as famílias do território atingido pelo represamento das águas. No entanto, passado essa fase, se não houver organização política em movimento, como é o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dos povos indígenas, tudo cai no esquecimento e a sociedade passa a ver essa situação como natural, fruto da necessidade de desenvolvimento.

As consequências danosas são enormes, pois sabemos que a opção pelo modelo de construção de hidrelétricas afeta mais diretamente as populações tradicionais, especialmente indígenas e camponeses que têm uma longa história de ocupação de seus territórios nas áreas onde hoje são construídas as usinas hidrelétricas.

A seguir vamos apresentar algumas reflexões com base nos estudos de Gomes e Vieira (2009). Consideramos importante a leitura desses autores, pois nos situam no cerne do nosso objetivo de apreender alguns elementos que nos ajudem a entender as origens do modelo energético brasileiro. Esses autores, em artigo que analisa a evolução da formação e estruturação do setor elétrico brasileiro, desde o surgimento da energia elétrica no Brasil, em 1880, até o final de 2002, dizem que:

(...) a energia elétrica é um bem essencial em nossa sociedade, e que a importância da energia elétrica é cada vez mais evidente na forma de organização da vida das nações e dos indivíduos, num processo de valorização crescente dessa fonte de energia que vem desde o começo da sua exploração comercial nos EUA e na Europa no final do século XIX (GOMES E VIEIRA, 2009, p. 296).

Trazemos aqui para nossas reflexões um quadro histórico com relevantes transformações de caráter político, econômico e social que tiveram contribuições importantes para a formação do setor elétrico brasileiro e demarcam nesse percurso histórico alguns períodos específicos como os anos 1930, 1945, 1962, 1979, 1992 e 2002, conforme Gomes e Vieira (2009), não exclusivamente, conforme apresentado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Principais etapas na formação do setor elétrico brasileiro

<b>Período</b>	<b>Principais eventos</b>
1880 -1930	Monopólio Privado: primórdios do uso da energia elétrica no Brasil, com a implantação dos primeiros empreendimentos nacionais e estrangeiros, dominados a partir da década de 1920 pelas empresas de capital estrangeiro. Corresponde ao período da República Velha.
1931-1945	Presença do Estado: o Estado elabora as primeiras regulamentações no setor, com destaque para a implantação do Código de Águas, em 1934. A aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro corresponde a um aumento da demanda de energia que não tem contrapartida em investimentos. Corresponde ao governo de Getúlio Vargas.
1946-1962	Estado indutor: com a queda de Vargas, é estabelecida uma maior participação do Estado no setor elétrico, com aumento dos investimentos públicos, especialmente nas concessionárias estaduais. Criação da Eletrobrás em 1962.
1963-1979	Modelo estatal: a Eletrobrás é a empresa indutora do processo de nacionalização e estatização do setor elétrico, efetuando grandes

	investimentos. É consolidado um novo modelo institucional que atingiu seu ápice em 1979.
1980-1992	Crise institucional: com a crise econômica se agravando, o crescimento do setor elétrico é afetado. Em 1992, a inadimplência é generalizada e o modelo estatal é questionado.
1993-2002	Modelo híbrido: promulgada a Lei no 8.631/93, que equaciona os débitos. Começam as mudanças institucionais no setor elétrico brasileiro. Ao final de 2002, a geração e a transmissão de energia eram, majoritariamente, de empresas estatais e a distribuição era principalmente privada.

Fonte: Gomes e Vieira (2009, p. 300).

A seguir, buscando ainda as contribuições desses autores faremos algumas reflexões sobre a organização do setor elétrico brasileiro em cada um desses períodos descritos pelos autores Gomes e Vieira (2009).

Para esses autores, esse primeiro e longo período que vai de 1880 a 1930 é caracterizado como de criação e implantação do uso da energia elétrica no Brasil e uma de suas principais características foi o “monopólio privado”, como os mesmos dizem:

A energia elétrica surgiu no Brasil, em 1880, simultaneamente ao início de seu uso comercial no estrangeiro. A figura 2 apresenta os acontecimentos mais importantes desse período. O início da utilização da energia elétrica no Brasil foi limitado a alguns serviços públicos e à atividade fabril. Ao final de 1890, existiam apenas algumas empresas de energia elétrica que faziam a prestação de serviços públicos locais e empresas de energia para determinados fins fabris, que eram locais e independentes. (GOMES E VIEIRA, 2009, p.300).

Corroborando com essa perspectiva do nascimento do setor elétrico brasileiro sob o comando do setor privado, Feliciano (1988) diz o seguinte:

As concessionárias estrangeiras marcaram o desenvolvimento inicial da indústria elétrica no Brasil. Os principais grupos foram: a *holding* Brazilian Traction, Light and Power C. Ltda., que controlava a produção e a distribuição nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e diversas pequenas localidades vizinhas; a American Share Foreign Power Company (Amforp), filial da americana Bond and Share, que controlava a geração e a distribuição de energia elétrica no interior do Estado de São Paulo, em Porto Alegre, Pelotas, Salvador, Recife, Natal, Vitória e interior do Estado do Rio de Janeiro (FELICIANO, 1988, p. 143).

Neste debate, os autores apontam uma questão política importante para esse início da formação do setor elétrico que foi “a queda da Monarquia e a implantação da República”.

Informam ainda que a “Constituição Federal de 1891 estabeleceu um novo regime jurídico-legal”, tornando o Brasil uma federação composta por estados com ampla autonomia administrativa, também estendida aos municípios e que isso trouxe “amplos poderes aos municípios para negociarem com suas respectivas empresas concessionárias” (Gomes e Vieira, 2009, p. 301). Esse mecanismo permitiu o desenvolvimento do setor, em bases privadas, em várias regiões brasileiras, especialmente a partir da:

(...) chegada do grupo Light ao Brasil, primeiro em São Paulo, em 1899, e depois no Rio de Janeiro, em 1905, foi resultado da disponibilidade de recursos estrangeiros para investimentos. De forma semelhante ao grupo Light, em 1927 chegou ao Brasil o grupo Amforp, de capital norte-americano, tanto que a Light se instalou no eixo Rio-São Paulo e a Amforp concentrou suas atividades no interior de São Paulo e em diversas capitais do país, como Porto Alegre, Recife, Natal e Vitória, entre outras. Em 1930, acaba a República Velha. A figura 3 mostra quais eram as principais organizações no setor elétrico ao final daquele ano. A partir da década de 1920, Light e Amforp exerciam total influência e monopolizaram o setor elétrico. (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 302).

Outra autora deixa muito claro que nesta fase inicial.

Participaram dessa organização inicial pequenas empresas privadas nacionais e empresas de governos municipais de pequenas localidades que se destacavam no cenário nacional. Nos primeiros anos do século XX, com a chegada das primeiras concessionárias estrangeiras, a produção de energia elétrica começou a aumentar, possibilitando o consumo urbano e industrial em áreas próximas às fontes produtoras. (LOURENZO, 2002, p. 148)

Esta mesma autora em outro estudo confirma essa perspectiva no processo inicial de formação do setor elétrico dizendo que:

A instalação das primeiras centrais elétricas construídas com técnicas mais avançadas para a construção de barragens, como a Usina de Cubatão, em 1921, da The São Paulo Light and Power, permitiu que se ampliasse a oferta de energia elétrica, liberando o consumo da proximidade das fontes, fato que significou grande avanço no desenvolvimento e no desenho urbano e industrial que se formava. O desenvolvimento da economia cafeeira no Estado de São Paulo ocorrido entre as duas décadas finais do século XIX até o final da década de 1930 foi fundamental ao nascimento e à consolidação da eletricidade no Brasil. (LORENZO, 1993, p. 36).

No segundo período que vai de 1931 a 1945, denominado de “presença do Estado” por esses autores, podemos ver a marca do Estado brasileiro, mas também as articulações dos grupos dominantes internos com o cenário internacional, como apontam esses estudiosos, afirmando que:

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, atingiu o sistema capitalista, propagando-se para outros países, inclusive o Brasil, onde culminou com a Revolução de 1930, quando a derrota das oligarquias regionais conduziu Getúlio Vargas ao poder. O governo Vargas modificou o papel do Estado, que passou a ter uma atuação nacional, acima dos interesses regionais. (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 303).

A entrada do Estado Brasileiro no setor exigiu deste o papel regulamentador e isto vai criar possibilidades de medidas que colocam em conflitos o poder público nacional e regional e seus governos em conflitos com os diferentes interesses do setor, como afirmam os autores:

Antes de promulgar a Carta Constitucional de 1934, Vargas efetuou um conjunto de mudanças no setor elétrico, segundo José Luiz Lima “determinou a suspensão de todos os tipos de operação com quedas de água, e impediu quaisquer transações que envolvessem recursos naturais ou patrimônios estabelecidos”. Entre essas medidas, destacaram-se, em 1931, a retirada da competência dos municípios para autorizar a exploração da energia hidráulica que passava a ser uma concessão da União; em 1933, a extinção da “cláusula ouro”; e em 1934, a promulgação do Código de Águas, primeiro marco regulatório do setor elétrico. (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 303).

A pesquisadora (Lourenzo, 2002), em longa citação que vamos colocar aqui, confirma esse ideário de entrada do setor público no setor não é uma questão apenas do debate no Brasil, mas que em outros países também isso já se confirma naquele contexto.

Além disso, fortalecia-se nos países centrais, desde a década de 1920, a idéia de que o Poder Público deveria concorrer com a exploração privada para reduzir o preço da eletricidade. São exemplares, nesse sentido, as intervenções estatais ocorridas na Áustria, na Alemanha, na Suíça e mesmo na Inglaterra, onde o Electricity Supply Act, de 1926, estabelece, por intermédio da Central Electricity Board, um sistema quase socializado para a regulamentação das indústrias privadas. Segundo Guinle (1933), entre 1910 e 1930 as tarifas foram reduzidas nesses países de 100 para 25 (onde havia empresas públicas) e de 100 para 50, nos Estados Unidos, onde não havia leis regulatórias. No Brasil, por não haver nenhum controle, as empresas em geral e a Light em particular obtinham lucros espetaculares; a partir de 1934, no entanto, com a promulgação do Código de Águas, a situação do setor elétrico começou a se alterar. O Código de Águas constituiu um dos principais marcos institucionais no setor de energia elétrica. Ao regulamentar sobre a propriedade das águas e sua utilização, dispor sobre a outorga das autorizações e concessões para exploração dos serviços de energia elétrica e, inclusive, sobre o critério de determinação das tarifas desses serviços públicos e a competência dos Estados na execução do próprio Código, o Código de Águas trouxe mudanças fundamentais na legislação sobre o aproveitamento de recursos hídricos. (LOURENZO, 2002, p. 150).

Essas medidas trazem dificuldades para o funcionamento da nova regulamentação e articulado com o que estava ocorrendo no mundo (segunda guerra mundial), o Estado Brasileiro decide fortalecer a centralização da gestão do sistema elétrico com a criação de outros espaços no interior do governo, como dito a seguir:

A dificuldade de implantar a nova regulamentação, bem como o problema de importar equipamentos e dispor de recursos financeiros externos, devido à II Guerra Mundial, conduziu o governo federal a criar, em 1939, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee), subordinado à Presidência da República, que ficou responsável por todos os assuntos pertinentes ao setor elétrico. No âmbito federal, foi criada, em 1945, a primeira empresa estatal federal de geração de energia elétrica, a Chesf, para atender à demanda da região Nordeste, uma região crítica de oferta de energia. A figura 5 mostra o desenho do setor de energia elétrica brasileiro, ao final de 1945, indicando os principais atores sociais e/ou organizações. (GOMES E VIEIRA, 2009, p. 304).

O terceiro período, compreendido entre 1946 a 1962 é caracterizado por esses autores como de “Estado indutor”, está profundamente articulado com o que estava ocorrendo no mundo e no Brasil, pois com “O fim da II Guerra Mundial, em 1945, repercutiu em todo o mundo, iniciando-se uma nova ordem democrática no mundo ocidental, que no Brasil levou à deposição do regime ditatorial de Vargas e à realização de eleições presidenciais, vencidas por Dutra” (Gomes e Vieira, 2009, p. 305). Esse foi um período de mudanças significativas no setor elétrico brasileiro, principalmente por que o Estado passa a ser o grande indutor da geração e gestão do setor. Gomes e Vieira dizem que:

Com a morte de Getúlio, em 1954, houve um conturbado período político que durou até a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956. O governo Kubitschek foi marcado por um acelerado crescimento econômico, inclusive com prioridade para os projetos do setor de energia elétrica, quando foram construídas várias usinas hidrelétricas, fundada a segunda empresa geradora federal de energia, Furnas, com financiamento do Banco Mundial, criado o Ministério de Minas e Energia (MME), incentivados os planos de expansão das empresas estaduais de energia, principalmente no Sul e Sudeste, entre outras ações, que visaram prover o Brasil da energia elétrica necessária para a sociedade. Nesse governo, o BNDE geriu os fundos do setor elétrico e era o seu banco financiador. (GOMES E VIEIRA, 2009, p. 306).

As grandes mudanças do setor ocorrem mesmo a partir da criação das centrais elétricas, embora, naquele contexto, tenha mantido a articulação entre público e privado, como vê na afirmação de que:

O modelo institucional do setor começou a mudar, em 1962, com a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), que já nasceu como uma grande empresa, controlando Furnas e a Chesf, além de outras empresas, apesar de contrariar, entre outros, interesses nacionais (Chesf e Furnas) e internacionais (Light e Amforp). (GOMES E VIEIRA, 2009, p. 307).

A criação das estatais vai dar origem ao quarto modelo que compreende o período o período de 1963 a 1979 que é descrito por Gomes e Vieira (2009) como “modelo Estatal” e articulado com a lógica do regime militar instalado em 1964, “A partir da criação da Eletrobrás

começou um novo período na história do setor elétrico, que teve integral apoio, tanto político quanto econômico, do regime militar instaurado em 1964” (GOMES E VIEIRA, 2009, p. 308).

Este continua sendo um período autoritário de privação de direitos da história brasileira e que ainda cria repulsa de grande parte da população que busca conhecer sua história. Amparado na doutrina militar e no ideário da segurança da nação, o setor elétrico é estatizado como afirmam Gomes e Vieira,

A nacionalização do setor começou, em 1964, com a aquisição pela Eletrobrás e de todas as empresas do grupo Amforp. Esse processo foi concluído, em 1979, com a compra da Light, encerrando a participação dessas duas empresas estrangeiras no setor elétrico nacional. Em seguida, as empresas que pertenciam à Amforp e atuavam no âmbito estadual passaram para o controle de seus respectivos governos estaduais, reforçando sua influência como importantes atores sociais. (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 308).

O quinto período que vai de 1980 a 1992 é caracterizado como de “crise institucional” por Gomes e Vieira (2009) e está articulado com as crises internacionais do período, mas também com as problemáticas internas do Brasil, falta de crescimento econômico, os debates em torno da nova Constituição Federal, como dizem esses autores:

As transformações ocorridas no cenário mundial, com o primeiro e o segundo choques do petróleo, respectivamente, em 1973 e 1979, tiveram como consequência, entre outras, a maxidesvalorização do cruzeiro (moeda da época), em 1979, e a elevação das taxas de juros no mercado internacional, no início de 1980, que contribuíram para que o Brasil revertesse a sua curva ascendente de crescimento econômico, afetando fortemente as empresas do setor elétrico nacional. (GOMES; VIEIRA, 2009, 310-311).

Esses autores afirmam ainda que o cenário político econômico internacional e as crises internas foram determinantes para uma situação de crise no setor elétrico, pois “A fragilidade do governo federal não conseguiu resolver a crise institucional do setor elétrico e de 1979 a 1992, a capacidade instalada do país cresceu 120,31%” (GOMES e VIEIRA, 2009, p. 313).

As expectativas de solução da crise dos setores elétricos colocadas no debate da nova Constituição Federal não foram suficientes para instituir alternativas, mas se confirma os interesses das elites do capital pela crise, pois fortalece o ideário da privatização do setor como resposta. Gomes e Viera dizem que:

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a redemocratização do país e a legitimação dos governos estaduais, suas empresas de distribuição começaram a adiar o pagamento dos tributos federais, bem como protelaram e depois deixaram de honrar o pagamento da energia fornecida pelas empresas geradoras federais. Foi o início de um grave processo de inadimplência, agravando a crise no setor elétrico, principalmente

nas empresas geradoras federais. No início de 1990, o setor elétrico estava em uma situação muito delicada. O Estado alegava que não tinha condições de investir, as empresas estavam endividadas e a privatização se apresentava como uma das soluções. (GOMES e VIEIRA, 2009, p. 312).

O sexto e último período analisado por esses autores e que vai de 1993 a 2002 é denominado de “modelo híbrido” que se caracterizou pela retomada do papel do Estado brasileiro como regulamentador e em muitos casos financiador dos grandes empreendimentos hidrelétricos. Gomes e Vieira dizem que:

Ao assumir o governo em 1992, Itamar Franco deparou-se com um estado de dificuldades políticas e econômicas no país e, em particular, no setor elétrico, devido à crise institucional instalada. Para começar a resolver essa situação foi promulgada a Lei no 8.631/93, outro marco na história do setor elétrico, porque teve como principais méritos suprimir a equalização da tarifa — foco de permanente discórdia — e criar condições para se conciliar os débitos e créditos existentes entre todos os agentes do setor. (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 313).

Nesse, no contexto das reformas do Estado brasileiro, voltadas para o fortalecimento do desenvolvimento do capitalismo e os ganhos das grandes empresas nacionais articuladas ao capital internacional, houve um intenso processo de privatizações e concessões como explicam Gomes e Vieira.

Em 1995, foi editada a Lei das Concessões, que estabeleceu diversos critérios para a concessão de serviços públicos, inclusive de energia elétrica, que, a partir dessa data, deverão ser concedidos por meio de licitação. Essa legislação e a posterior deram origem à desnacionalização dos setores de infraestrutura, entre os quais o setor elétrico. As privatizações começaram pela Escelsa, no Espírito Santo, em 1995, prosseguindo em 1996, com a venda da Light e da Cerj, no Rio de Janeiro, ano em que foi criado o órgão regulador do setor, a Aneel, apesar do novo modelo setorial proposto pelo MME ainda não estar concluído. (GOMES e VIEIRA, 2009, p. 314).

A Lei das Concessões e o seu resultado prático, a escalada de privatizações em todos os setores e especialmente no setor de geração e distribuição de energia, exigiu a implantação de outras medidas para garantir o funcionamento do sistema e os interesses dos investidores. Gomes e Vieira se referem a isso dizendo:

Com as privatizações já iniciadas, o governo começou a implantar um conjunto de medidas que alteraram profundamente o setor elétrico, como a criação do ONS, que tinha a finalidade de realizar a operação interligada dos sistemas elétricos nacionais, a transferência do órgão financiador do setor elétrico da Eletrobrás para o BNDES, a transferência do planejamento setorial da Eletrobrás para o MME e a inclusão da Eletrobrás e de suas empresas controladas no Programa Nacional de Desestatização (PND). (GOMES; VIEIRA, 2009, p. 314).



As leituras que fizemos nos permitem apontar que esse debate não está encerrado, pois os desdobramentos da política nacional de energia elétrica estão aí, especialmente no sentido de se dar atenção aos problemas que são criados por esta via de investimento pesado no recurso hídrico, como a principal fonte de energia para a sociedade brasileira. O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e nas cidades exige cada vez mais o aumento do consumo de energia, apesar dos discursos contrários, e neste sentido a pressão sobre as comunidades indígenas, camponesas e outros pobres que vivem do seu território vai continuar aumentando.

## 2.2 Projetos de hidrelétricas na bacia do rio Tocantins

Sabemos que a construção de usinas hidrelétricas não começou agora e que há muito tempo os seres humanos decidiram e aprenderam a usar forças da natureza para lhes ajudar no enfrentamento de suas necessidades, no entanto sabemos também que a construção de usinas não é uma ação inocente inventada somente em nome das necessidades humanas. De acordo com Batista (2011) esses “planejamentos das décadas de 1970 e 1980 que tinham como objetivo o desenvolvimento da região norte do Brasil, hoje estão sendo concretizados pelo governo brasileiro que, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, vem viabilizando o financiamento dos projetos de infra-estrutura via o BNDES” (BATISTA, 2011). Para este autor:

Com a criação do Tocantins vários projetos que já tinham sido planejados para o desenvolvimento da região tendo em vista o grande potencial hidroelétrico e a possibilidade da criação da tão sonhada Hidrovia Araguaia Tocantins. Nesse planejamento estão vários projetos que tornariam os rios Tocantins e Araguaia em um grande lago (BATISTA, 2011, p. 26).

É ainda Batista (2011), citando FOSCHIERA (2009) quem diz que

Os rios Araguaia e Tocantins possuem um relativo potencial energético conforme destacam diversos estudos sobre os mesmos. Uma série de projetos voltados para a região Norte do Brasil iniciou-se na década de 1960, com a proposta de desenvolver e integrar a região Amazônica. Dentre os projetos previstos estavam os de construção de hidrovias, de ferrovias, de rodovias, de projetos de mineração e de metalurgia e entre outros de construção de usinas hidrelétricas. (BATISTA, 2011, *apud* FOSCHIERA, 2009, p. 45).

Segundo Araújo (2003), esses projetos de desenvolvimento que o governo brasileiro propunha para a região, pertenciam aos grupos e as empresas nacionais e multinacionais que

demandavam uma enorme quantidade de energia elétrica. Dentre os empreendimentos a serem implantados podemos destacar o projeto Carajás, pela Companhia Vale do Rio Doce; a Camargo Correa Metais (CCM) e as indústrias eletro-intensivo de alumínio como a Albrás e Alumar, localizadas nos estados do Pará e Maranhão. Ainda como parte desse projeto cria-se a Zona Franca de Manaus, em 1968. Nesse período tinham vários investimentos e um deles de grande relevância devido a sua emissão como um polo industrial. Para coordenar a implantação dos projetos na região Amazônica criaram-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, sucessora da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Continuando esse debate, Araújo revela que os estudos de viabilidade para os empreendimentos hidrelétricos já deixam claro que as empresas de capital estrangeiro teriam participação importante neste processo, pois os:

Estudos importantes visando reconhecimento dos recursos hídricos da bacia do rio Tocantins-Araguaia foram realizados pelo “Bureau of Reclamation”, em 1964, patrocinados pela “Agency” Far Internacional Development – United States Department Of States”, e de interesse da extinta Comissão Inter-Estadual dos Vales do Araguaia-Tocantins (CIVAT). Esse reconhecimento que a *Bureau* fez da bacia do rio Tocantins-Araguaia foi transformado em um relatório contendo uma avaliação dos recursos naturais relacionados ao potencial hídrico que a mesma tinha e que deveria ser um sistema integrado em um programa de uso múltiplo de longo prazo, com ênfase na agricultura, tanto seca com irrigada; geração hidrelétrica; navegação; controle dos rios; atividades industriais e economia associada; apresentando recomendações para o futuro programa de ação. (ARAÚJO, 2003, p. 46-47).

Fica muito claro que não é de hoje que as riquezas naturais existentes no Brasil são entregues pelo Estado brasileiro e seus grupos dominantes internos aos representantes do capital internacional, que bondosamente, na visão desses grupos, irão trazer progresso para essas regiões ditas atrasadas no Brasil. O preço disso já sabemos que foi e vai continuar sendo a morte e a expropriação dos mais pobres. Não sem contradições, conflitos e enfrentamentos.

Discutindo sobre a Bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, Batista diz:

A bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, com 803.250 km<sup>2</sup>, está entre as mais extensas e localizada totalmente em território nacional. Dentre os principais afluentes que a formam, estão os rios do Sono, Palma, Paranã e Manuel Alves. O rio principal, o Tocantins, passa a ter esse nome na confluência dos rios Maranhão e Paranã, já no estado do Tocantins. (BATISTA, 2011, p. 45).

Como se sabe, nesta região o clima é bem definido e o regime hidrológico da bacia também, tendo um período de cheia que se estende de outubro a abril, com pico em fevereiro, no curso superior, e março, no curso médio e inferior. Segundo o Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Tocantins-Araguaia: “durante aproximadamente dois séculos, a hidrovia

Tocantins-Araguaia foi a única via de transporte utilizada para a colonização e possibilitou o desenvolvimento de atividades produtivas nas margens desses rios e seus afluentes” (TOCANTINS, 1982, p.112).

Tabela 1 - Número de barragens planejadas para o leito principal do rio Tocantins na década de 1970 e 1980

<b>Nº de projetos planejados</b>	<b>Nº de projetos em fase de construção</b>	<b>Nº de projetos construídos</b>
08	0	01

Fonte: Foschiera (2009), e Araújo (2003).

De acordo com Foschiera (2009, p. 56) novos estudos foram realizados na década de 1980 e indicaram pela mudança de local de algumas das Usinas Hidroelétricas (UHEs) e foram definidas outras que não estavam planejadas nos estudos de inventários da década anterior. Esses estudos abrangeram toda a bacia do Tocantins-Araguaia e seus afluentes. “Para o leito principal do rio Tocantins planejou-se a construção de onze (11) UHEs – até o momento havia uma usina construída, a de Tucuruí. (Tabela 2). Além de fornecer energia, caso fossem construídas eclusas juntos aos barramentos das UHEs, pretende-se possibilitar a construção de uma hidrovía ao longo de seus reservatórios”. Para este autor

A primeira UHE a ser construída no leito principal do rio Tocantins foi a de Tucuruí, sob responsabilidade da Eletronorte. O início das obras ocorreu em 1975 e a construção desse empreendimento sofreu várias reprogramações, o que levou a um atraso no funcionamento, sendo que as comportas foram fechadas em 1984. No projeto original da UHE estava previsto a construção de uma eclusa, porém esta apenas foi iniciada e logo paralisada devido à falta de verbas (FOSCHIERA, 2009, p.56).

A literatura da área indica que depois da construção da usina de Tucuruí

(...) os projetos de construção de UHEs no leito principal do rio Tocantins ficaram paralisados, sendo retomados novamente a partir de 1986, quando, sob responsabilidade de Furnas, se inicia a construção da UHE de Serra da Mesa, em área pertencente ao estado de Goiás. Porém o empreendimento teve suas obras paralisadas devido à “retração do mercado de energia elétrica, na época, recessivo, e, devido às dificuldades de obtenção de recursos requeridos para a sua conclusão”. (ARAÚJO, 2003, p.37).

Com todos sabemos a lógica de construção das usinas é determinada pelas possibilidades de ganho, lucratividade no uso desse bem que é de todos: a água. Por isso ainda na década de 1990, do ponto de vista de Batista (2011), na década de 1990 há mudanças no modelo energético brasileiro e

A construção de UHE no leito principal do rio Tocantins voltou a tona a partir da metade da década de 1990, dentro do novo modelo energético brasileiro que previa a participação de empresas privadas na geração de energia elétrica. Nesta perspectiva foram construídas as UHEs de Serra da Mesa e Cana Brava no estado de Goiás, Lajeado, Peixe Angical e São Salvador, no estado do Tocantins, e Estreito, na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão. (BATISTA, 2011, p. 48).

Se tomarmos como exemplo Serra da Mesa, concluída em 1998, foi um barramento criado para regularizar a cascata de geração hidrelétrica na bacia, que ainda conta com as hidrelétricas de Cana Brava (GO), São Salvador (TO), Peixe Angical (TO), Luís Eduardo Magalhães – Lajeado (TO) e Estreito (TO/MA), todas elas na calha do rio Tocantins ajusante (abaixo) de Serra da Mesa.

Portanto, percebemos que os conflitos vão ser ampliados devido à quantidade de projetos planejados para os afluentes dos dois rios mais importante dessa região. São milhares de famílias que terão de abandonar suas terras, e terão de fazer enfrentamentos para lutar pela indenização e outras formas de reparar prejuízos. No quadro abaixo podemos ver as usinas projetadas para os afluentes dos rios Tocantins e Araguaia, de acordo com Batista (2011).

Quadro 2 - Usinas Hidrelétricas projetadas para afluentes do Rio Tocantins e Araguaia

AFLUENTES MAIORES DO RIO TOCANTINS	
NOME DAS UHE	SITUAÇÃO
Couto Magalhães	Licitada 2º semestre de 2001
Barra do Peixe	Viabilidade
Torixoréu	A licitar em 2003
Barra do Caiapó	Inventário
Araguanã	A licitar em 2003
Santa Izabel	Licitada 2º semestre de 2001
Foz do Noiodore	Projeto Básico
AFLUENTES MENORES DO RIO TOCANTINS	
Quintal	Inventário
Maranhão	A licitar em 2003
Porteiras 2	Inventário
Jaraguá	Inventário
Volta do deserto	Inventário
Cores	Inventário

Mutum	Inventário
Genipapo	Inventário
Buriti Queimado	Inventário
Moquém	Inventário
Mirador	A licitar em 2003
Colinas	Inventário
São Domingos	Em operação
Foz da Bezerra	Viabilidade
São Domingos	Inventário
Palmas	Inventário
Soninho I e II	Inventário
Arara	Inventário
Jalapão	Inventário
Cachoeira da Velha	Inventário
Brejão	Inventário
Novo Acordo	A licitar em 2003
Isamu Ikeda	Em operação
Rio Sono	Inventário
Perdida 1	Inventário
Perdida 2	Inventário
Itacaiúnas 1	Inventário
Itacaiúnas 3	Inventário

Fonte: BATISTA, L. S (2011, p. 48-49).

Nesse quadro de construção de usinas vão surgir vários conflitos sociais, pois de fato, os grandes projetos de infraestrutura têm causado o desalojamento de milhares de famílias, que sofrerão drásticas mudanças no seu modo de vida. Segundo levantamentos realizados pelo MAB no ano de 2000, em cada barragem estimada para o leito principal do rio Tocantins, somando-se a população já reassentada por hidrelétricas e dos futuros atingidos por novos empreendimentos, “chegaremos a aproximadamente 45.000 famílias com problemas com esses empreendimentos” (Batista, 2011).

Para Porto-Gonçalves (2008) a construção de grandes obras está presente no país a longa data.

O Brasil não só detém as maiores empresas da região como tem uma larga experiência Tecnológica, consolidada desde a construção de Brasília e, sobre tudo, no período da ditadura, quando grandes hidrelétricas e grandes eixos rodoviários foram construídos, com sérias implicações socioambientais, particularmente no Cerrado e na Amazônia. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 211).

De acordo com Mauriz (2008, p. 52) “O potencial hidrelétrico brasileiro situa-se ao redor de 260 GW. Contudo apenas 68% desse potencial foi inventariado”. Na tabela abaixo este autor apresenta as bacias hidrográficas brasileiras com maior potencial, destacando-se dentre elas as do Rio Amazonas e do Rio Paraná.

Tabela 2 - Potencial hidrelétrico brasileiro por bacia hidrográfica – situação em março de 2003

Bacia	Codigo	Estimado		Inventariado		Total (MW)	
		(MW)	% em relação ao total	(MW)	% em relação ao total	(MW)	% em relação ao total
Bacia do Rio Amazonas	1	64.164,49	78,8	40.883,07	23,0	105.047,56	40,6
Bacia do Rio Tocantins	2	2.018,80	2,5	24.620,65	13,9	26.639,45	10,3
Bacia do Atlantico Norte/Nordeste	3	1.070,50	1,3	2.127,85	1,2	3.198,35	1,2
Bacia do Rio São Francisco	4	1.917,28	2,4	24.299,84	13,7	26.217,12	10,1
Bacia do Atlantico Leste	5	1.779,20	2,2	12.759,81	7,2	14.539,01	5,6
Bacia do Rio Paraná	6	7.119,29	8,7	53.783,42	30,3	60.902,71	23,5
Bacia do Rio Uruguai	7	1.151,70	1,4	11.664,16	6,6	12.815,86	5,0
Bacia do Atlantico Sudeste	8	2.169,16	2,7	7.296,77	4,1	9.465,93	3,7
<b>Total</b>	-	<b>81.390,42</b>	<b>100</b>	<b>177.435,57</b>	<b>100</b>	<b>258.825,99</b>	<b>100</b>

Fonte: Mauriz (2008, p. 52).

A tabela acima traz informações acerca do potencial estimado e inventariado, até 2003, mas podemos ver que há grandes bacias hidrográficas com potencial para exploração. Dentre elas encontra-se a do Tocantins com o terceiro maior valor estimado, no entanto observa-se que naquele contexto apenas 2,5% de sua capacidade havia sido estimada. De lá para cá sabemos que a pressão do poder econômico cresceu e, portanto, também os problemas especialmente na região onde vivemos.

Sabemos que um empreendimento da natureza de uma usina hidrelétrica não pode ser implantado sem estudos, pois além do volume de recursos financeiros envolvidos, também há uma série de outros elementos que causam problemas de toda natureza. Neste sentido de acordo com Mauriz (2008, p. 55-57) as etapas de estudo e projetos para a implantação de um empreendimento hidrelétrico são os seguintes:

Estimativa do Potencial Hidrelétrico: É a etapa dos estudos em que se procede a análise preliminar das características da bacia hidrográfica, especialmente quanto aos aspectos topográficos, hidrológicos, geológicos e ambientais, no sentido de

verificar a vocação da bacia para geração de energia elétrica. Essa análise, exclusivamente pautada nos dados disponíveis, é realizada no escritório e permite efetuar uma primeira avaliação do potencial, definir prioridades, prazos e os custos dos estudos da etapa seguinte.

**Estudos de Inventário Hidrelétrico:** É a etapa em que se determina o potencial hidrelétrico da bacia hidrográfica e se estabelece a melhor divisão de queda, mediante a identificação dos aproveitamentos que, no seu conjunto, propiciem o máximo de energia, ao menor custo e com o mínimo impacto ao meio ambiente. Essa análise é efetuada com base em dados secundários, complementados com essenciais informações de campo, e pautado em estudos básicos cartográficos, hidrometeorológicos, energéticos, geológicos e geotécnicos, socioambientais e usos múltiplos de água. Dessa análise resultará um conjunto de aproveitamentos, suas principais características, índices custo/benefício e índices socioambientais. Faz parte dos Estudos de Inventário submeter os aproveitamentos da alternativa selecionada a um estudo de Avaliação Ambiental Integrada visando subsidiar os processos de licenciamento. Estes aproveitamentos passam então a ser incluídos no elenco de aproveitamentos inventariados do País, passíveis de compor os planos de expansão.

**Estudos de Viabilidade:** É a etapa em que se define a concepção global de um dado aproveitamento, da divisão de queda selecionada na etapa anterior, visando sua otimização técnico-econômica e ambiental e a obtenção de seus benefícios e custos associados. São efetuados estudos mais detalhados, para a análise da viabilidade técnica, energética, econômica e socioambiental que leva à definição do aproveitamento ótimo que irá ao leilão de energia. Os estudos contemplam investigações de campo no local e compreendem o dimensionamento do aproveitamento, do reservatório e da sua área de influência e das obras de infra-estrutura locais e regionais necessárias para sua implantação. Incorporam análises dos usos múltiplos da água e das interferências socioambientais. Com base nesses estudos, são preparados o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de um empreendimento específico, tendo em vista a obtenção da Licença Prévia (LP), junto aos órgãos ambientais.

**Projeto Básico:** Na seqüência de desenvolvimento do projeto, após a licitação passa-se a fase do projeto básico. O aproveitamento, concebido nos Estudos de Viabilidade, é detalhado de modo a definir, com maior precisão, a segurança das estruturas através do desenvolvimento das características técnicas do projeto, as especificações técnicas das obras civis e equipamentos eletromecânicos, bem como dos programas socioambientais. Deve ser elaborado o Projeto Básico Ambiental com a finalidade de detalhar as recomendações incluídas no EIA, visando a obtenção da Licença de Instalação (LI), para a contratação das obras.

**Projeto Executivo:** É a etapa em que se processa a elaboração dos desenhos de detalhamento das obras civis e dos equipamentos eletromecânicos, necessários à execução da obra e a montagem dos equipamentos. Nesta etapa são tomadas todas as medidas pertinentes à implantação do reservatório, incluindo a implementação dos programas socioambientais, para prevenir, minorar ou compensar os danos socioambientais, devendo ser requerida a Licença de Operação (LO). Finalizada a construção, têm-se a fase de enchimento do reservatório e o início da operação, em que a geração de energia é acompanhada por ações que visam ao monitoramento e, eventualmente, à correção das medidas tomadas nas etapas anteriores. A operação só poderá ser iniciada após a obtenção da Licença de Operação (LO). (MAURIZ, 2008, p. 55-57).

Essas etapas são obrigatórias e estão articuladas com instrumentos legais que precisam ser atendidos e ao mesmo tempo requerem responsabilidades e atividades específicas que devem ser atendidas/realizadas para tornar viável um empreendimento hidrelétrico. É lógico que como vamos ver na parte final desse trabalho, isso não elimina os problemas sócios

ambientais que envolvem a construção de uma hidrelétrica. A seguir apresenta-se um quadro que demonstra esses procedimentos legais para a construção e aprovação de empreendimento hidrelétrico, conforme Mauriz (2008, p. 58-59).

Quadro 3 - Procedimentos institucionais e legais para a elaboração do Estudo de Inventário

Atividades	Responsável	Ato Normativo	Obrigatório
1 Requerer registro dos Estudos de Inventário Hidroelétrico junto a ANEEL	Interessado	Res. ANEEL 393/98 arts. 6ª e 9ª	Sim
2 Registrar Estudos de Inventário	ANEEL	Res. ANEEL 393/98 art. 6ª	Sim
3 Informar ao MME o início dos Estudos	Interessado		Sim
4 Informar aos demais Ministérios o início dos Estudos de Inventário da Bacia	MME		Sim
4 Registrar ART junto ao CREA	Resp. Técnico	Res. CONFEA 425/98	Sim
5 Comunicar eventual desistência a ANEEL	Interessado	Res. ANEEL 393/98 art. 11ª	Sim
6 Autorizar realização de levantamento de campo	ANEEL/FUNAI/ INPRA/Marinha do Brasil/Secretarias Estaduais e outros		Sim
9 Comunicar início dos estudos aos Comitês de Bacias, ANA ou órgãos gestores estaduais de Recursos Hídricos (conforme o caso) e ambientais	Interessado	Lei 9.433/97 e Res. ANEEL 393/98 art. 13ª	Sim
10 Realização dos estudos seguindo o Manual de Inventário e utilização do sistema SINV para os estudos energéticos, socioambientais e para seleção das alternativas	Interessado		Sim
10.1 Planejamento			
Estabelecer procedimento para acompanhamento dos estudos pela EPE	MME / EPE	Lei 10.847/2004 art. 4ª	Recomendável
10.2 Estudos Preliminares			
Apresentar relatório de andamento ao MME/EPE e a ANEEL	Interessado	Lei 10.847/2004 art. 4ª e Res. ANEEL 393/98 art. 10ª	Sim
Reunido de caráter técnico, convocada pelo MME, para apresentação dos resultados desta etapa	MME		Sim
10.3 Estudos Finais			
Encaminhar ao órgão de recursos hídricos (ANA ou estadual) as séries de usos consuntivos e de vazões de cada local de aproveitamento.	Interessado		Recomendável
Encaminhar as séries de vazão dos locais de aproveitamento da alternativa selecionada em formato descrito no Anexo G.	ANEEL/EPE		Sim
Seminário público, convocado pelo MME, para apresentação dos resultados da divisão de queda selecionada e os estudos da AAI, suas diretrizes e recomendações	MME		Sim
11 Entregar estudos à ANEEL	Interessado		Sim
12 Dar o aceite aos estudos	ANEEL	Res. ANEEL 393/98 art. 14ª	Sim
14 Aprovar estudos	ANEEL	Res. ANEEL 393/98 art. 14ª	Sim

FONTE: Mauriz (2008, p. 58-59).

O quadro apresenta um organograma de responsabilidades e atividades técnicas a serem cumpridas e que colocam o poder público e o setor privado, que detém capital para transformar a água em mercadoria e vendê-la na forma de energia e outros produtos e serviços, a dimensão do que está envolvido antes, durante e depois da construção de uma hidrelétrica.



Sabemos que no Brasil já foram construídas mais de 2000 mil barragens, que expulsou mais de um milhão de família das margens dos rios, sendo que cerca de 70% dessas não recebem nenhum tipo de indenização (CERVINSK, 2007).

Não temos condições de apresentar estudo aprofundado acerca da população atingida por barragem no Tocantins, mas vamos apresentar alguns dados verificados em trabalhos que lemos para a realização das reflexões dessa monografia.

Verificando o estudo de Zitzke (2007), percebemos que o mesmo apresenta, além de outros, dois dados importantes relacionados à questão do número de famílias afetadas pela UHE-Lajeado. Esses dados estão descritos em duas tabelas colocadas a seguir.

A Tabela 1, de acordo com Zitzke (2007, p. 186) apresenta o número de famílias que foram desterritorializadas pela UHE do Lajeado e que consta no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e em seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Tabela 3 - Distribuição das famílias e estabelecimentos rurais por município

MUNICIPIOS	Nº DE FAMILIAS	PESSOAS	EST. RURAIS
Brejinho de Nazaré	104	429	97
Lajeado do Tocantins	31	149	28
Miracema do Tocantins	112	479	116
Palmas	333	1256	588
Porto Nacional	417	1817	410
<b>Total</b>	<b>997</b>	<b>4.130</b>	<b>1.239</b>

Fonte: Relatório CELTINS/THEMAG, 1996 e (Zitzke, 2007, p. 186).

Na tabela acima vemos pessoas de apenas cinco municípios que sofreram impactos diretos. Chamo atenção para o fato de que Tocantínia, Pedro Afonso e outros não constam entre os municípios atingidos. Em nossa compreensão todos os municípios que estão situados nas duas margens do rio Tocantins são impactados e toda sua população de alguma maneira sofre com o empreendimento e não somente aquela população que foi remanejada para outro espaço.

Na Tabela 4 o autor apresenta uma síntese dos dados dos reassentamentos rurais propostos e implantados pelo Consórcio Investco e os respectivos municípios de localização dos mesmos.

Tabela 4 - Reassentamentos Rurais implantados pela UHE do Lajeado

<b>Reassentamento</b>	<b>Município</b>	<b>Área dos lotes (há)</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Área Total (ha2)</b>
Boa Sorte	Brejinho de Nazaré	04 a 10	25	335,5426
Canto da Serra	Lajeado	04	04	24,8715
Projeto 2000	Ipueiras	04	09	121,0000
Mundo Novo	Miracema	04 a 24	18	198,9614
Brejo Alegre	Porto Nacional	5,6 a 53,2	10	332,1677
Córrego da Prata	Porto Nacional	04 a 58	91	1.920,7848
Flor da Serra	Porto Nacional	04 a 80	49	1.050,4793
Luzimangues	Porto Nacional	04 a 27,3	82	950,9619
Mariana	Porto Nacional	4,2 a 30	14	361, 8539
Olericultores	Porto Nacional	05 a 09	07	46,9584
Pinheirópolis Rural	Porto Nacional	04 a 05	10	107,0642
São Francisco de Assis	Porto Nacional	04 a 41	44	1.694,5397
<b>TOTAL</b>			<b>363</b>	<b>7.145,1854</b>

FONTE: Investco S.A. (2003) e Zitzke (2007, p. 199).

Na tabela acima podemos ver que somente em cinco municípios a construção da UHE de Lajeado expulsou de seus lugares tradicionais de viver 363 famílias, o que é muito pouco considerando os enormes problemas vividos, formando doze (12) reassentamentos para realocar essas famílias que foram destruídas pela usina. No Caso específico de Miracema do Tocantins, temos o reassentamento Mundo Novo que foi formado por famílias que viviam no povoado denominado Lajeado e que antes da usina viviam em condições muito distintas daquelas que foram encontradas no espaço ofertado pela usina.

Também chamamos atenção para o fato de que no caso da UHE de Lajeado, toda a população da etnia Akwẽ-Xerente tem impacto permanente e isso vai ser tratado no terceiro capítulo dessa monografia a partir da leitura do estudo de Araújo (2016). Nesta mesma lógica vamos abordar no capítulo três a comunidade de Palmatuba, destruída pelo lago da UHE de Estreito e que foi estudada por Sieben (2012).

Batista (2011, p.26) tomando como referência dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000, diz que nos municípios afetados pela

UHE de São Salvador, de maneira direta ou indireta, habitavam 62.982 pessoas, sendo a maior população a de Minaçu, com 33.608 habitantes. Em termo de área total, esses municípios somam 25.055 Km<sup>2</sup>, ou cerca de 517.000 alqueires goianos. Paranã é o que tem maior área, com 12.114Km<sup>2</sup>, ou 250.000 alqueires goianos. Esses municípios tiveram parte de seus territórios atingindo pela UHE São Salvador, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 5 - A área total dos municípios atingidos pela UHE de São Salvador

<b>Municípios</b>	<b>Km<sup>2</sup></b>	<b>Hectares</b>	<b>Inundada (ha)</b>	<b>Inundada (%)</b>
Palmeirópolis	1.704	170.400	4.032,50	2,36
Paraná	12.114	1.211.400	3.667,09	0,30
São Salvador do Tocantins	1.422	142.200	284,40	0,20
Cavalcante	6.954	695.400	86,43	0,01
Minaçu	2.861	286.100	213,81	0,07
<b>Total</b>	<b>25.055</b>	<b>2.505.500</b>	<b>8.284,23</b>	<b>2,94%</b>

Fonte: BRASIL, 2003. UHE-São Salvador (2004) e Batista (2011, p.26).

Ainda de acordo com Batista (2011, p. 16) a barragem de São Salvador atingiu cinco municípios. É importante destacar que essa região teve uma concentração, também, de atingidos de outras barragens, tanto a jusante quanto a montante, e são pessoas que moravam às margens do rio. Outra característica dessa região é que não foram atingidas as cidades, somente o campo, pois essa região é, predominantemente, ocupada por grandes propriedades de terras.

Esses empreendimentos revelam uma pressão muito forte sobre as comunidades tradicionais, camponeses, indígenas e outros. Muitas vezes essas comunidades só ficam sabendo dos riscos e problemas que irão sofrer depois que o empreendimento já está aprovado e autorizado pelos organismos responsáveis. Daí a importância de discutirmos neste trabalho sobre os impactos dessas obras para comunidades tradicionais, especialmente para indígenas e camponeses. É que vamos fazer no próximo capítulo.

### **3 COMUNIDADES TRADICIONAIS E CAMPESINATO**

Considerando que o objetivo principal desse estudo está articulado com a ideia de compreender os efeitos da construção de hidrelétricas em comunidades tradicionais de camponeses, organizou-se este texto para apresentar os resultados das leituras que fizemos visando discutir comunidades tradicionais e camponeses. Assim o texto conta com a seguinte estrutura: inicialmente apresenta-se uma discussão sobre comunidades tradicionais, no qual situamos o campesinato, indígenas e outros como um tipo de comunidade tradicional e, em seguida apresenta-se brevemente reflexões acerca do termo camponês, pensando suas origens e o processo de ocupação do território do Tocantins e situando os camponeses neste processo.

#### **3.1 Pensando em comunidades tradicionais**

A formação e ocupação do território que hoje constitui a área do estado do Tocantins têm suas origens no passado colonial brasileiro e se articula com a história de Goiás. Os diferentes processos de formação e ocupação desse território foram e continuam sendo vivenciados por diferentes povos, mas não ocorrem sem conflitos. Num primeiro momento, povos tradicionais, indígenas ocupavam esse território e usavam de forma comum todos os bens que a natureza oferecia. Posteriormente, uma população originária daqui e de outras regiões, especialmente de parte do Nordeste vai formando o que somos hoje, uma população camponesa e que atende por outros nomes também. No entanto, tanto essas populações sertanejas, camponesas e indígenas, do passado, como seus descendentes atuais, vivem processos de expropriação e extermínio em razão do processo de desenvolvimento do capitalismo nesta parte do Brasil.

Se no passado, europeus exterminaram índios em nome do capitalismo, depois a exploração do ouro e a modernização da agricultura e da pecuária expropriam comunidades camponesas de seu principal instrumento de trabalho que é a terra e, na atualidade, esse mesmo capitalismo, agora mundializado, se apropria das águas, para produzir uma mercadoria nobre, que é a energia que sustenta os pilares da exploração capitalista e, ao mesmo tempo, expulsa novamente povos indígenas e camponeses de seus territórios.

Sabemos que esse território que hoje se define como Tocantins, pertencia, desde tempos imemoriais, a vários povos indígenas e que foram os colonizadores europeus, primeiro e, depois nós sertanejos, camponeses que por aqui nascemos ou vivemos, que em nome de “uma frente agropastoril” ou de metais preciosos, que alimentamos os encontros e desencontros entre os

“saberes dos povos indígenas e os saberes dominantes dos povos colonizadores” (Apolinário, 2006, p.19).

Apolinário (2006) argumenta ainda que há farta “documentação/legislação criada pela administração colonial, ao longo do século XVIII” que coloca os povos indígenas da capitania de Goiás “como obstáculo ao processo de exploração do território goiano” e é neste contexto que se institui o genocídio desses povos. Compreendemos que as populações camponesas também não estão isentas deste tratamento.

Apolinário (2006, p. 89), discorrendo sobre as relações entre povos indígenas que já viviam neste território, diz ainda que

Ao longo do século XIX, os Akroá foram testemunhando a extinção de seu povo na capitania do Piauí e/ou presenciando o processo de miscigenação com a sociedade circundante portuguesa, negros e outros grupos indígenas. Sem embargo, posteriormente será retomada a história de suas estratégias políticas, construídas nas fronteiras interétnicas e socioambientais vividas às margens dos rios Manuel Alves, Paranã e Tocantins. Região de cerrado ambicionada e conquistada, primeiramente, pelos criadores de gado vindos das paragens do sertão nordestino e, posteriormente, pelos homens famintos de ouro aluvional. (APOLINÁRIO, 2006, p.89).

Esta autora apresenta um quadro com a relação dos povos indígenas localizados na região do antigo norte de Goiás, atual Tocantins, de acordo com pesquisa em documentação do século XVIII. Na tabela abaixo apresenta-se a relação dos povos indígenas do Tocantins.

Tabela 6 - Relação dos povos indígenas do Tocantins

<b>POVO</b>	<b>TRONCO LINGUÍSTICO</b>	<b>FAMILIA LINGUÍSTICA</b>	<b>LÍNGUA</b>	<b>DIALETO</b>
Akroá	Macro-jê	Jê	Timbira	Akroá
Xakriabá	Macro-Jê	Jê	Akwen	Xakriabá
Xavante	Macro-Jê	Jê	Akwen	Xavante
Xerente	Macro-Jê	Jê	Akwen	Xerente
Karajá	Macro-Jê	Karajá	Karajá	Karajá
Karajá	Macro-Jê	Karajá	Karajá	Javaé
Karajá	Macro-Jê	Karajá	Karajá	Xambioá
Apinayé	Macro-Jê	Jê	Apinayê	Apinayê

---

Avá-Canoeiro	Tupi	Tupi-Guarani	Avá-Canoeiro
--------------	------	--------------	--------------

---

Fonte: Apolinário (2006, p.31)<sup>1</sup>.

Consideramos importante fazer, mesmo que brevemente, algumas reflexões sobre essa ideia de “tradicional” como referência conceitual de entendimento de diferentes grupos humanos que integram a sociedade brasileira. Neste sentido dialogamos em nossas leituras com alguns autores, que trazem elementos importantes para esse debate. Diegues *et al* (2000) diz que:

No Brasil há um certo consenso sobre o uso do termo “população indígena” significando “etnia”, ou seja, povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista européia da América. O estabelecimento de áreas indígenas no Brasil reconhece o direito histórico das populações indígenas a seus territórios. Desse modo, há uma distinção mais clara entre as populações indígenas e as não indígenas baseadas no conceito de etnia e no reconhecimento de um indígena, claramente distintas da sociedade envolvente (DIEGUES *et al*, 2000, p. 17).

Este autor argumenta que algumas características se aplicam a esses povos, como:

- a) ligação intensa com os territórios ancestrais;
- b) auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;
- c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional;
- d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;
- e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência (DIEGUES *et al*, 2000, p. 18).

Olhando as características acima apontadas vê-se que elas não são exclusivas dos povos indígenas, outros grupos como camponeses, quilombolas, também podem ser identificados ou encontramos nestes grupos estas e outras características. No entanto, chamamos atenção para um traço comum destes grupos que é a sua intensa relação com a terra, com o seu território transformado em espaço de vida e reprodução do grupo e não como bem a ser apropriado e usado para trabalhar e produzir mercadorias.

Desse autor trazemos ainda algumas questões que consideramos importantes neste debate, especialmente a ideia de contribuições culturais e do modo de vida assumidas a partir das relações com os indígenas, embora não se possa negar o peso do genocídio que continua e a negação desses povos como produtores de alguma coisa boa. Embora a citação seja longa, trouxemos para cá em razão dos elementos que são indicados como referência desse difícil

---

<sup>1</sup> A autora informa que esses povos são citados de acordo com a documentação pesquisada nos arquivos brasileiros e portugueses.

diálogo, mas que ao longo do tempo também é preciso reconhecer as contribuições desses povos, no que diz Diegues (2000), desde o “empreendimento colonial”:

Frente a uma natureza desconhecida, os portugueses e a população brasileira, a qual se constituiu ao longo do empreendimento colonial, adotaram as técnicas adaptativas indígenas. Deles incorporaram sua base alimentar constituída pelo plantio do milho, mandioca, abóbora, feijões, amendoim, batata-doce, cará, etc. Adotaram os produtos de coleta compondo sua dieta com a extração do palmito e de inúmeras frutas nativas como o maracujá, pitanga, goiaba, bananas, caju, mamão e tantas outras. E, como complemento essencial, apoiaram-se na caça e pesca. (DIEGUES, 2000).

A influência indígena também se manifestou nas formas de organização para o trabalho e nas formas de sociabilidade. No modelo de “cultura rústica”, as famílias são as unidades de produção e consumo que, por intermédio de relações de ajuda baseadas na reciprocidade (na instituição do “mutirão”, nas festas religiosas, etc.) se articulam umas com as outras em estruturas frouxas, mas mais abrangentes que constituíram os ‘bairros rurais’. Embora relativamente autônomos, esses “sitiantes tradicionais” sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos (DIEGUES *et al*, 2000, p.27).

Sabemos que numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. No caso dos indígenas, camponeses e outros povos, são sociedades que desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos.

Assim, concordamos com Diegues (2000, p. 21) ao dizer que “Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas que se desenvolvem do modo de produção da pequena produção mercantil”. E continuando, diz esse autor:

Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes (DIEGUES, 2000, p. 21).

Buscamos as contribuições do professor Carlos Rodrigues Brandão, a partir de dois textos e julgamos pertinente colocá-las aqui. Brandão (2009, p. 1) diz que “A sociedade tradicional e/ou a comunidade tradicional não surgem para nós como opostas a sociedades modernas, a cidades, ao mundo urbano”. Embora o que vemos hoje e já algum tempo é a cidade,

como expressão do desenvolvimento do capitalismo, se transformar em espaço de dominação sobre os povos que vivem no meio rural.

No entanto em outro texto, Brandão e Borges (2012) dialogam com o pensar de Eric Wolf a partir de citação da obra de FELDMAN-BIANCO e RIBEIRO (2003), quando esses autores dizem: “A sociedade indígena e os seus lugares concretos ou símbolos de existência – o povo, a “nação”, a tribo, a comunidade, a aldeia, são anteriores ao mundo das cidades e se reproduzem sem elas” (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 4). Compreendemos que as populações que vivem no meio rural também têm encontrado formas de se reproduzir, mesmo diante da relação dominante da cidade.

Desse debate é importante uma coisa que não custa ser lembrada, a ideia de povos/comunidades tradicionais podem no geral ser identificada como “comunidades que se identificam com o mundo rural”. Essa é uma perspectiva que longe de excluir, inclui indígenas, camponeses e outros, embora seja necessário reconhecer diferenças.

Esses autores levantam o seguinte questionamento: “A que se opõe a comunidade?” E respondem afirmando: “Ao que tenta revertê-la à sociedade e, da sociedade ao mercado globalizado. A comunidade é o lugar humano da vida” (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 02).

Ainda segundo esses atores há outros elementos e características importantes para se pensar esse caráter de comunidade tradicional como identidade desses povos.

Assim, em muitas situações presentes, uma comunidade tradicional não se reconhece como tal apenas por serem eles e os seus modos de vida “diferenciados do ponto de vista cultural”, como grifamos na conceituação de Diegues e Arruda, mas, também, por haverem no correr dos tempos, criado, vivido e transformado padrões de cultura e modo de vida em que a luta, o sofrimento, a ameaça e a resistência estão no cerne da memória (BRANDÃO E BORGES, 2014, p. 12).

Assim sendo, elas não são tradicionais porque aos olhos de quem chega opõem-se ao que, segundo “eles” é moderno. São tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos, resistentes anteriores. Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem “chega de fora” (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 14).

Para concluir nossas reflexões com autores sobre esse debate trazemos as contribuições de Emília Pietrafesa de Godoi (1999) com a obra “O trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí”. A questão central tratada neste livro é a ocupação e reprodução camponesa de uma área do sertão do Piauí. A autora explora a “memória dos camponeses que decidem eles mesmos a usar suas memórias para atuar como criadora de solidariedade, produtora de identidade e portadora de imaginário erigindo regras de pertencimento e exclusão que delimitam as fronteiras sociais do grupo” (GODOI, 1999, p. 15).



Consideramos importante o que diz Carlos Rodrigues Brandão, na introdução da obra de Emília Pietrafesa de Godoi (1999):

Boa parte dos estudos críticos a respeito de pessoas, de grupos, de cenários de cultura e de comunidades sociais no mundo rural brasileiro, são economias da família camponesa, ou são a análise dos efeitos de estratégias invasoras ou de políticas econômicas perversas estendidas ao campo. (GODOI, 1999, p. 12).

A autora chama a atenção que não é adequado buscar um camponês puro e diz que “Estas tendências de caracterizar e elaborar tipologias de sociedades camponesas, presentes, sobretudo nos estudos realizados nas décadas de 1960 e 1970, emergem da preocupação em saber se o resultado do avanço da economia capitalista no mundo rural seria a extinção próxima e definitiva dessas sociedades ou se elas conseguiriam resistir à constante ameaça à sua reprodução (Godoi, 1999, p. 27).

Godoi (p. 27) dialoga com Shanin (1980, p.57) para dizer que “Os camponeses nas circunstâncias do avanço do capitalismo no campo nem desaparecerão completamente, nem permanecerão como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo”.

Dialogando ainda com Godoi acerca de estudos sobre camponeses pensados para além do seu contexto interno, diz a autora:

Koeber (1948), Redfield (1953) e Wolf (1955) insistiram no fato de que as sociedades camponesas não podem ser estudadas unicamente no seu contexto interno, mas devem ser compreendidas em um contexto de *part-culture* (para empregar mais uma vez a expressão de Kroeber) por possuírem relações estruturais com a totalidade integrante. Desde então, tais relações fazem parte do próprio conceito de sociedade camponesa (GODOI, 1999, p. 54).

Sabemos que a pressão sobre as terras de povos indígenas e camponeses em todas as regiões do Brasil e aqui no Tocantins, continua muito forte, pois esta é uma região pensada pelos representantes do capital como área de fronteira agrícola, com “baixa densidade demográfica” e muita terra à disposição dos representantes do agronegócio, bem como do hidronegócio como vamos ver mais adiante neste trabalho.

Portanto, não temos a pretensão de apresentar uma noção de camponeses, como grupos que não integram as comunidades tradicionais e que estão fora das relações capitalistas presentes na sociedade nacional. Os camponeses do Tocantins não vivem isolados da sociedade, pelo contrário, o tempo todo se articulam com o mercado e a lógica capitalista e, muitas vezes, sabem a partir dessas experiências, exatamente como ocorre os processos de expropriação, mas

também de sua reprodução no contexto da lógica camponesa de trabalho. Por isso, na sequência da discussão voltamos nosso foco para leituras que nos ajudem a entender um pouco as origens do campesinato.

### 3.2 As origens do campesinato<sup>2</sup>

O processo de mudança na organização espacial do Tocantins se aprofundou no século XX, principalmente a partir da década de 1960, com a construção da BR-153, o que alterou as relações que estavam construídas para a sua base socioeconômica, incorporando a economia de mercado, baseada na pecuária extensiva (OLIVEIRA, 2013).

Para César Ajara (1991, p. 8):

O impacto social proveniente do processo de incorporação do Tocantins à economia de mercado se mostrou mais intenso na sua porção norte, particularmente naqueles municípios localizados junto às áreas de expansão das empresas agropecuárias, próximo ao eixo da Belém-Brasília, que tiveram neste período significativo aumento da população rural. (CÉSAR AJARA, 1991, p.8).

Com a implantação da rodovia, foi esfacelada a estrutura de transporte fluvial utilizando-se o Rio Tocantins e Miracema perdeu muito com isso, na medida em que era uma referência desse tipo de transporte até aquele momento.

Os desdobramentos advindos da implantação da Rodovia Belém-Brasília demonstram, ao longo dos anos, profundas mudanças na família sertaneja. Usos, costumes e tradições são colocadas sob suspeita, pela gente do centro do sul do país, que contribuíram para a reelaboração dessa cultura, mas ao mesmo tempo criaram as condições para a formação dos latifúndios, com imensas pastagens transformando estas terras em espaços para a especulação do mercado imobiliário (OLIVEIRA, 2013).

Para Carneiro (1988) o processo de ocupação de Goiás pode ser dividido em três fases:

A primeira fase vai da conquista do território e descobrimento das minas auríferas e sua exploração até o *ano de 1780*, a que se seguiu um processo de regressão à *agricultura de subsistência*, marcado por um vazio demográfico e um isolamento quase total do restante do país (CARNEIRO, 1988, p. 41).

A segunda fase da ocupação do Estado iniciou-se nas primeiras décadas do século XX, com a crise de preços do café no mercado externo a partir de 1897 e com a *chegada da estrada de ferro em 1913* (CARNEIRO, 1988, p. 41).

A terceira fase da ocupação de Goiás, ou seja, a de *modernização da grande*

---

<sup>2</sup> Uma versão menor desse texto foi apresentada na forma de artigo (principalmente na parte que fala sobre camponês) elaborado como parte das exigências de uma atividade de ensino desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa EDURURAL, denominada disciplina Integrante Cultura Camponesa, do Curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema, ofertada em 2016/2 sob a orientação do Professor Antônio Miranda de Oliveira e da qual participei.

*propriedade, que ocorreu em dois períodos: de 1950 a 1967 e de 1967 até hoje (CARNEIRO, 1988, p. 42).*

De acordo com Oliveira (2013) o processo de povoamento e ocupação das terras no Brasil, desde a colônia, deu-se no sentido litoral-interior, tendo por base a formação de latifúndios, com intensos conflitos, tanto aqueles colocados pela lógica da ocupação/exploração realizada pela Coroa Portuguesa, mas também pelos desdobramentos desse processo no interior da sociedade brasileira com o desenvolvimento do capitalismo e dos grandes projetos econômicos em diversos setores. Algumas regiões foram se tornando reserva de terras para negócios futuros, tornaram-se, no dizer de Martins (1997, p. 151) ‘áreas de fronteira’ onde “os desencontros das temporalidades históricas revelam conflitos sociais inevitáveis quando se tem grupos de origem, objetivos, interesses e possibilidades diferentes produzindo o espaço” (MARTINS, 1997, p. 151).

O Estado brasileiro gerou uma intensa corrida pelas terras no território do Tocantins. Isso ocorreu e ainda ocorre, muitas vezes, com a mediação da ideologia de que aqui há muita terra para pouca gente, o que gera prejuízos significativos para populações indígenas e camponesas (OLIVEIRA, 2013).

Na visão de Barbosa (1996, p. 17) “o grande impulso para o início da corrida às terras do norte de Goiás, atual estado do Tocantins, surgiu com a abertura de estradas por Bernardo Sayão, principalmente a Transbrasiliana (Belém Brasília) prosseguindo até Ceres, depois Porangatu”. Com a rodovia, de Ceres adiante, no sentido norte e principalmente no território que hoje é o Tocantins, o que ocorreu segundo Guimarães (1982, p. 223), foi:

(...) a praga da “grilagem” alastrou-se como erva daninha. A partir do momento em que se acreditou na construção da estrada e, depois da mudança da Capital Federal, forjar ou falsificar documentos de terras públicas e vendê-las no Sul do Estado ou do País passou a ser um negócio da China. (GUIMARÃES, 1982, p. 223).

Na parte norte de Goiás, que hoje constitui o estado do Tocantins, a mesma lógica fundamentou seu processo de ocupação. Embora o ciclo do ouro seja um elemento que contribuiu nesse processo, não se deve invisibilizar as populações indígenas e camponesas que viviam nesta parte do território. A busca do ouro foi empurrando os povos indígenas (mas não sem conflitos) para as áreas mais isoladas, e neste movimento foi se fortalecendo uma agricultura tradicional e a criação de gado. Não é uma ocupação espontânea e sim dirigida, articulada com os interesses dos grupos dominantes daquele contexto, no Brasil e na Coroa (OLIVEIRA, 2013).

No dizer de Carneiro (1988, p. 45):

Portanto, deste longo período da história da ocupação de Goiás, compreendido do início do século XVIII às primeiras décadas do século XX, podemos concluir que, apesar da mineração ter sido a primeira atividade econômica que originou o início de seu povoamento foram, a agricultura e a pecuária extensiva as atividades econômicas responsáveis pela fixação do homem. ( CARNEIRO, 1988, p. 45).

A região do Médio - Araguaia e a parte norte de Goiás foi ocupada basicamente por migrantes pobres, trabalhadores rurais, “provenientes do Maranhão, do Piauí e do Pará. Essas levadas de trabalhadores em busca de terras oriundas de várias regiões, como já apontou-se, entravam, primeiro pelos rios Araguaia e Tocantins e, posteriormente “pelas picadas abertas pelos garimpeiros, como ocorreu com a abertura dos garimpos de cristal de Pium e Dueré, ainda nos anos de 1930” (OLIVEIRA, 2013, p. 135).

A história da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira e tocantinense, portanto, vem demonstrando que o mundo rural não se acabou e que também o campesinato está aí, vivo e se reproduzindo. Moura (1986, p. 17-18) diz que “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. Nem mesmo nas sociedades socialistas é possível falar numa abolição do trabalho familiar camponês”. Portanto, precisamos buscar elementos para enfrentar essa história de frente sem excluir quem tem muito a contribuir.

José de Souza Martins (1981), na obra *Os camponeses e a política no Brasil*, diz que esse conceito foi introduzido em nosso contexto a partir da segunda metade do século XX. Para este autor, até pouco tempo, quando se falava de camponês era comum se recorrer a palavras como “caipira”, “caiçara”, “tabaréu”, “caboclo”, “roceiro”, entre outras dependendo da região a que se referia. Eram termos utilizados para designar os que “viviam lá longe no campo, fora das povoações e das cidades, e que por isso também são rústicos, atrasados ou, então ingênuos, inacessíveis”. Podia ainda ter o sentido de “tonto, preguiçoso, que não gosta do trabalho” (MARTINS, 1981, p. 21-22).

O que temos visto na realidade brasileira, assim como aqui pelo no sertão do Tocantins é que os camponeses raramente se autodenominam deste modo. Ao contrário eles se definem por outros nomes, que também não estão livres de outras interpretações, mas é comum ouvirmos palavras que tem assumido o mesmo sentido como: lavrador, trabalhador rural, agregado, aforante, ribeirinho, beiradeiro, meeiro, foreiro, agricultor, posseiro e muitos outros.

Em muitas situações, essas categorias utilizadas pelos próprios camponeses para se autodefinirem, indicam um forte processo de marginalização sofrido por eles e a consequente

aceitação de uma visão depreciativa e marginalizadora de seu modo de vida. A professora Margarida Maria Moura, na obra denominada *Camponeses*, diz o seguinte:

Consciente de sua condição subalterna, o camponês se vê como o pobre e o fraco; reservando o antônimo destas categorias para os proprietários de grandes extensões de terra, os profissionais que representam as agências do Estado, e de modo mais ou menos genérico, os habitantes do meio urbano (MOURA, 1986, p. 16).

Vemos, no entanto, que ao longo da história brasileira, essa designação de pobre, fraco foi superada todas as vezes que o campesinato se apresentou socialmente nas importantes lutas políticas e sociais, inclusive gerando contribuições importantes para a sociedade nacional em especial nos processos de luta pela reforma agrária e de enfrentamento dos processos de privatização da água no Brasil, no contexto dos projetos de geração de energia elétrica nas diversas regiões brasileiras.

Alguns autores quando descrevem o campesinato e as suas relações sociais de produção, o definem como o “conjunto daqueles que trabalham a terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra” (BOTOMORE, 1988, p. 42). Ou ainda: “cultivadores de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família” (MOURA, 1986, p. 12); ou ainda: “o cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural” (p. 13). Esta autora diz ainda que:

Há autores que distinguem camponês de pequeno produtor. Enquanto para eles o conceito de camponês é vago e indefinido, os de pequeno produtor e pequena produção se inserem de modo imediato na polêmica sobre os modos de produção. Argumentam que o pequeno produtor é o ator fundamental da produção mercantil simples, que precede a produção mercantil ampliada; esta por sua vez, caracteriza o capitalismo (MOURA, 1986, p. 13).

Compreendemos que todo conceito tem uma história e no caso do campesinato este é um conceito que se materializa em sujeitos reais que participam do processo político, social e econômico nacional. Neste processo, concordamos com Moura (1986, p. 14) quando afirma que “não é possível preferir o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor”.

É importante clarear as origens do campesinato, para melhor situá-lo em nosso contexto nacional e local. Leite (1993) diz que em cada formação histórica, o campesinato se constituiu de maneira diferenciada. Segundo este autor:

(...) na Europa Ocidental, em linhas gerais, na medida em que as relações sociais pré-capitalistas foram se desintegrando, os servos que continuaram na terra se transformaram em um campesinato cujo acesso à terra passou a se fazer por meios extra-econômicos, através de uma relação de dependência com um grande proprietário

de terras. Em países como a Índia e China, o campesinato constituiu-se dentro de um modo de produção que não o feudal. No Brasil, por sua vez, assim como nos países latino-americanos, o campesinato surgiu num contexto em que o modo de produção capitalista tinha suas feições já configuradas. Ainda que não possuísse todas as características que possui hoje no campo. (...) O campesinato não surge em nosso contexto marcado por relações feudais, como afirmam alguns autores (LEITE, 1993, p. 30-31).

No caso brasileiro, os primeiros camponeses vão surgir no período em que predominou a mineração e a monocultura agro-exportadora que tinha por base o trabalho escravo. Neste contexto surgem as “brechas camponesas”, ou seja, no contexto das atividades econômicas desenvolvidas nas colônias escravistas e conforme o sistema de *plantation* havia a possibilidade dos excluídos da terra utilizarem pequenas áreas (principalmente ao longo das margens de estradas) de terras para cultivar produtos para a alimentação (LEITE, 1993). Aliás, essa é uma prática que continua muito presente ainda hoje. Nas margens das rodovias (como é o caso da BR-153 no trecho que corta o Tocantins) camponeses empobrecidos continuam usando as faixas de terra que margeiam essa rodovia para o plantio de alimento.

José de Sousa Martins (1981) fala que os primeiros camponeses em nosso país, além dos escravos e ex-escravos, foram os “bastardos”. Aqueles que não tinham sangue limpo, pois eram filhos de brancos com índias e nasciam de relações ilícitas e por isso ficavam privados do direito à herança, que era basicamente terra, por essa razão perambulavam se apossando de terras consideradas “livres”, as “brechas” que sobravam dos grandes senhores e que eram abundantes naquele contexto.

Além desse processo que expressa a origem do campesinato no contexto do período colonial é preciso também lembrar que houve, a partir da crise do trabalho escravo, a estimulação por parte do estado e das elites agrárias da imigração de trabalhadores/camponeses de países da Europa para o sul e sudeste do Brasil.

Sabemos que muito mais tarde os descendentes desses imigrantes, somados aos que vieram do Nordeste, passam a disseminar as unidades de produção camponesas nas regiões norte e centro oeste do Brasil. A formação do campesinato que temos hoje no Tocantins é herdeira dessa tradição. “Embora haja presença marcante do movimento das bandeiras, somos muito mais próximos da formação sócio-territorial dos nordestinos que aqui chegaram e foram constituindo uma população sertaneja que basicamente tinha na agricultura seu sustento” (OLIVEIRA, 2013).

Embora esses elementos acima citados sejam importantes neste processo de pensar as origens do campesinato brasileiro, é necessário considerar ainda outros componentes que

atuaram influenciando esse processo de deslocamento de pessoas nas diferentes regiões brasileiras e que contribuíram para a formação de um campesinato nacional, como diz Leite:

1. A crença, por parte de segmentos sociais, da existência de riquezas facilmente apreendidas ou construídas em áreas ao Oeste e ao Norte do País. Tal crença, e a difusão atualizada do mito do eldorado, mobilizaram, nas últimas décadas, inúmeros segmentos para estas áreas citadas;
2. A expectativa da parte de pequenos produtores familiares, de se conseguir terras tidas como “livres”, as quais poderiam ser facilmente apropriadas por aqueles que quisessem utilizá-las nas regiões Norte e Centro Oeste do Brasil;
3. A existência de fronteiras internas, bem como a busca por um trabalho que os camponeses supõem autônomo, também atuou como mobilizador de populações para o Norte e Centro Oeste do País nas últimas décadas;
4. Há que considerar, ainda, a participação do Estado neste processo. Este atuou decisivamente, através de implantação de infra-estrutura física e social, assim, como propagando supostas facilidades de ascensão social para aquelas famílias que optassem por viver nas regiões referidas, contribuindo assim para o deslocamento de inúmeros segmentos para as regiões mencionadas (LEITE, 1993, p.35).

Também é importante lembrar que na formação do Estado do Tocantins esse processo esteve muito presente e articulado com as ações do Estado. Em um determinado período o Governo do Estado do Tocantins, com o objetivo de atrair investimentos, divulgou na mídia nacional propaganda de que “este era o lugar certo para se investir, pois era o lugar da livre iniciativa e havia espaço para todos”. Muito cedo os pobres, que aqui já existiam e aqueles que vieram animados pela propaganda oficial, perceberam que as coisas não eram tão fáceis e somente depois de muita luta começaram a conquistar, as novas brechas do passado, áreas de assentamento de reforma agrária, e posteriormente aqueles que continuaram em seus pequenos lotes de terra, foram expulsos pela ação dos projetos hidrelétricos ao longo dos rios que cortam o território do Tocantins (OLIVEIRA, 2013).

Tomando como referência o território que hoje forma o Estado do Tocantins, foi somente a partir da década de 1950 até o final da década de 1970, que ocorreram grandes mudanças no meio rural. “Grande parte dessas mudanças estão articuladas com o processo de expansão e domínio do capitalismo sobre o campo. O êxodo rural e o abandono dos pobres nas periferias das pequenas e médias cidades foram um dos aspectos danosos deste processo” (OLIVEIRA, 2013).

Segundo ainda, Martins, vários termos são utilizados para falar dos camponeses. São termos carregados de sentidos não somente políticos, mas também econômicos, culturais e que muitas vezes expressam o preconceito contra essas pessoas, pois:

São palavras que têm duplo sentido. Refere-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas. (MARTINS, 198, p. 22).

Moura (1986) descreve que na Roma antiga, o vocábulo *paganus* designava o habitante dos campos, bem como o civil, em oposição à condição de soldado. Seguindo seu raciocínio o “vocábulo *paganus* converteu-se em *paysan*, no idioma francês: e, para a língua inglesa, é traduzido por *peasant*. Ambos significam camponês em português.” (LEITE, 1993: 30)

Para o português o vocábulo *paganus* tornou-se ainda *paisano*: o que não é militar. Assim como se tornou *pagão*, que significa não cristão, aquele que precisa ser convertido. Moura (1986) relata que na Alemanha do século XIII a *declinatio rústica* tinha seis concepções para a palavra camponês: vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido, os saqueadores; e no plural, miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis.

Portanto, etimologicamente, a palavra “camponês” vem de campo (*campus* em latim). Por outro lado, o vocábulo “lavrador”, que contém na raiz, a palavra latina *labor*; que não quer dizer só trabalho, possui também a conotação de esforço cansativo, dor e fadiga.

Autores como, Botomore (1988: 42) apud Leite (1993: 29) definem tanto campesinato como suas relações sociais (produção) “como um conjunto daqueles que trabalham a terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra”. Moura (1986: 12) apud Leite (1993: 29) define como “cultivadores de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família”.

E por fim temos Leite (1993: 29) que traz por sua vez a definição partindo de quatro elementos principais, corroborando o que diz Graziano da Silva (1978): a) “utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção”; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) produção direta de parte dos meios necessários a subsistência, seja produzindo alimentos para o autoconsumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para a venda. Deve ficar claro que, embora a produção se destine em grande parte para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado com a terra, a mão-de-obra e os meios de trabalho subtraídos da produção para a subsistência. Sob este aspecto a produção camponesa pode ser vista como uma produção mercantil simples; e d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Sendo assim, não só o proprietário, como também o parceiro, o arrendatário, o posseiro, podem se configurar como forma de produção camponesa.



Em muitas situações, as expressões utilizadas pelos próprios homens do campo para se autodefinirem indicam, não raro, a submissão de uma visão subalterna/depreciativa de seu modo de vida. Como descreve Moura (1986: 16): Consciente de sua condição subalterna, o camponês se vê como o pobre, e o fraco; reservando o antônimo destas categorias para os proprietários de grandes extensões de terra, os profissionais que representam as agências do estado, e de modo mais ou menos genéricos, os habitantes do meio urbano.

Portanto, esta denominação de pobre, fraco ou outras parecidas pode, contudo, desaparecer, como se verifica em várias localidades brasileiras, no momento em que o campesinato se identifica política e socialmente enquanto classe social que se organiza e cria, a partir das suas especificidades, uma pauta de reivindicações, conscientemente por seus direitos.

Sendo assim, podemos afirmar que há diferenças e contradições dentro dos grupos sociais camponeses assim como em qualquer outro grupo social, porém, não chegam a serem antagônicas. Percebe-se que a cada momento histórico forma-se um grupo distinto dentro do modelo desenvolvimentista do capitalismo, pelo o qual o país constitui-se em formações sócio-econômicas específicas da época. Por isso, muitas vezes aparece para a sociedade a visão de que os camponeses são atrasados e criam empecilhos para o desenvolvimento capitalista do país. Os projetos de construção de usinas hidrelétricas, como obra do capital que expropria os pobres e camponeses, pensam que esses grupos, conforme Pinto (1981), citado por Oliveira (2013).

Representam elas vestígios não capitalistas<sup>3</sup> e/ou pré-capitalista de diferentes períodos de desenvolvimento, que permanecem através de suas formas próprias, apesar das relações atuais predominantes serem capitalistas. Em outras palavras, a relação de apropriação e de exploração do trabalhador é uma relação essencialmente capitalista, seja quando se dá reiteradamente, durante o processo de trabalho (no caso dos trabalhadores agrícolas), seja mediante a apropriação dos excedentes econômicos durante a troca (no caso dos camponeses), seja pelo processo de subsunção do trabalho camponês ao capital. (OLIVEIRA, 2013, p. 97).

Esta tem sido a longa história de lutas dos camponeses no território brasileiro. Esse processo contraditório tem se manifestado de forma mais importante e com respostas politicamente mais fortes quando o campesinato como sujeito coletivo se manifesta assumindo seu lugar político e econômico neste processo. No caso das lutas contra o capital que implanta hidrelétricas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem papel importante nesse processo (OLIVEIRA, 2013).

---

3 Segundo, Oliveira (1997), é o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, bem como a parceria.

O que podemos perceber é que o campo e seus sujeitos são complexos, estão em movimento e seu processo de “submissão” ao mundo urbano é contraditório, como é todo processo de produção e reprodução no modo capitalista de viver.

Oliveira (1997: 36), fala que esse processo contraditório ficou mais evidente com o:

Avanço da industrialização e o crescimento urbano que forneceram possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalhador assalariado, capitalista, portanto, no campo. Sua rápida expansão por todo o país, no entanto, está longe ainda de implantar o domínio dessa forma de produzir no campo. Mais que isso, a sua expansão abriu possibilidades concretas para a recriação do trabalho familiar camponês. (OLIVEIRA, 1997, p.36).

Essa realidade é cada vez mais presente, pois a agricultura cresce com base no trabalho familiar camponês em todo o Brasil, principalmente nas “áreas de fronteira agrícola e econômica”, como é o caso do Tocantins. No entanto o que é importante lembrar, é que, expandir-se é uma lei universal do capitalismo.

Martins (1995: 152) expressa bem o que está em jogo quando se trata da expansão do capitalismo no campo:

De um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformado em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra. (MARTINS, 1995, p.152).

As lutas camponesas pela terra em nosso país comprovam a existência de uma sociedade profundamente desigual e que essas lutas políticas travadas, no campo e na cidade, são elos de um processo contraditório de dominação de uma classe, a burguesia agrária e a industrial (que parece ser a mesma coisa) sobre a outra classe, o proletariado urbano e as populações rurais deste país. Nos processos de busca de solução para os conflitos existentes tem se criado perspectiva de desenvolvimento rural e de políticas públicas que tenham o olhar do campesinato, dos povos indígenas ou a continuidade da dominação.

No próximo capítulo vamos apresentar as leituras e reflexões que fizemos para dar conta dos danos causados por usinas hidrelétricas a comunidades tradicionais, camponesas e indígenas, no Tocantins.

## **4 AS HIDRELÉTRICAS E OS DANOS CAUSADOS A COMUNIDADES TRADICIONAIS NO TOCANTINS**

No primeiro texto apresentamos uma discussão sobre o modelo energético brasileiro, a opção pelas hidrelétricas e mostramos dados do cenário nacional e Tocantins sobre isso; no segundo texto fizemos uma discussão sobre comunidades tradicionais e camponesas.

Nosso objetivo no terceiro capítulo é apresentar casos de comunidades tradicionais-camponesas e indígenas do Tocantins que tem sofrido processos de destruição em razão da construção de hidrelétricas. Vamos tomar como referência para as reflexões dessa parte do trabalho, a leitura dos estudos de (SIEBEN, 2012) e (ARAÚJO, 2016). Ambos são teses de doutorado articulados com a temática da análise de processos de construção de hidrelétricas e seus impactos para populações indígenas e camponesas.

Não temos a ousadia, nem condições teóricas e de tempo, para apresentar um estudo aprofundado sobre cada um desses trabalhos. No entanto vamos buscar em cada um desses estudos os elementos que compreendemos que se articulam com o interesse principal dessa monografia que é refletir sobre os impactos da construção de hidrelétricas para populações tradicionais, especialmente camponesas e indígenas no Tocantins.

O primeiro trabalho a ser apresentado é a tese de doutorado em Geografia desenvolvida pelo professor Airton Sieben, junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e defendida em 2012. O autor é docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Curso de Geografia, no Campus Universitário de Araguaina.

O segundo trabalho a ser apresentado é a tese de Doutorado em Geografia desenvolvida pela professora Rosemary Negreiros de Araújo, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e defendida em 2016. A autora é docente da UFT, no Curso de Serviço Social, Campus Universitário de Miracema.

### **4.1. A desterritorialização dos camponeses de Palmatuba em Babaçulândia –TO pela Usina Hidrelétrica de Estreito (SIEBEN, 2012)**

O autor informa que o objetivo geral do trabalho foi:

Compreender a atuação de um projeto político e econômico na desterritorialização da população camponesa tradicional de Palmatuba a fim de determinar os efeitos causados à comunidade, localizada no município de Babaçulândia no estado do Tocantins, divisa com o estado do Maranhão que foi atingida pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Estreito (p. 20).

Toda pesquisa é planejada e executada também para apresentar respostas a questões que dizem respeito a necessidades das pessoas e do conhecimento a ser elaborado. Nesta tese o autor indica que o problema a ser respondido “é compreender o papel da atuação do Estado e das políticas energéticas na desterritorialização dos camponeses tradicionais de Palmatuba” (SIEBEN, 2012, p.16). Ele questiona: “A desterritorialização ocorreu, mas como ficou a reterritorialização”? Esta é a questão fundamental que é tratada nesta tese.

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, denominado “A comunidade rural de Palmatuba e a trajetória da pesquisa” (SIEBEN, 2012), o autor apresenta o caminho teórico-metodológico da pesquisa quando buscou responder às indagações levantadas no trabalho, atendendo à peculiaridade do local e da população estudada (SIEBEN, 2012, p.20).

No segundo capítulo denominado “O Estado, o empreendedor e os atingidos pela UHE Estreito”, informa e analisa a atuação de um agente poderoso, que é o Estado que organizou e legitimou as ações nas implantações das hidrelétricas no país e juntamente com o Consórcio Estreito de Energia (CESTE), a Usina Hidrelétrica de Estreito. Para o autor, neste capítulo duas questões foram importantes: como este agente, influente, o Estado, atuou no processo? Como foram vistos os camponeses tradicionais de Palmatuba atingidos? (SIEBEN, 2012, p.20).

No terceiro capítulo, intitulado “O território, o lugar e a paisagem da comunidade de Palmatuba”, apresenta e correlaciona a discussão usando conceitos básicos da Geografia como território e dialoga com o lugar e a paisagem no objeto de estudo. As perguntas feitas foram as seguintes: como o território, lugar e paisagem se relacionam entre si, com o local e com a população em estudo? Os atingidos encontrarão um local na perspectiva do lugar e da paisagem (reterritorialização?) (SIEBEN, 2012, p.21).

E no quarto capítulo definido como “Desterritorialização e mudanças da paisagem em Palmatuba”, discute e acompanha o histórico e o presente da comunidade. Buscou os pontos de ruptura da paisagem do lugar e das territorialidades dos camponeses tradicionais de Palmatuba. Os principais questionamentos apresentados neste capítulo foram: como foi o antes, o durante e o depois da UHE se instalar? Como foi o processo de territorialização e de desterritorialização do lugar? Onde estão e o que fazem os atingidos de Palmatuba? Como está agora a paisagem do lugar? (SIEBEN, 2012, p.21).

Do ponto de vista metodológico o autor informa que estudou o camponês tradicional brasileiro e que o trabalho foi realizado na perspectiva da pesquisa qualitativa. Diz que aplicou um roteiro de entrevistas contendo questões abertas e fechadas buscando informações sobre: identificação, histórico familiar, produção, rendimento e impactos do empreendimento às 26 famílias desterritorializadas. Informa ainda que o roteiro de entrevistas foi realizado nos meses

de abril e maio do ano de 2010 e que as técnicas de pesquisa utilizadas foram a história oral, saídas de campo e fotografias (SIEBEN, 2012, p.23).

O autor procura situar no tempo e no espaço para o leitor o povoado que estudou e diz que Palmatuba e Babaçulândia iniciaram o seu processo de formação ainda na década de 1920, com suas vilas de casas, armazéns, cais, comércio de secos e molhados e entre outros. Os dois povoados pertenciam a Boa Vista do Tocantins, atual cidade de Tocantinópolis. O município de Babaçulândia foi instalado em 1º de janeiro do ano de 1954 e Palmatuba pertencente a este como bairro. Apesar de oficialmente considerada área urbana, as características rurais eram marcas muito presentes na comunidade (SIEBEN, 2012, p.40-41). O autor informa ainda que:

O início do antigo povoado de Babaçulândia, inicialmente conhecido como Coco e já em 1938 denominado de Babassulândia, remonta de 1926. Nesta época o atual estado do Tocantins pertencia ao estado de Goiás. A área ganhou importância econômica mundial pelos anos de 1940, quando o babaçu, abundante na região, destacou-se na economia mundial. O babaçu era exportado de forma *inatura* por balsas de buriti e barcos a vapor até Belém de onde era comercializado, com países como a Alemanha e a Inglaterra a fim de extrair o ácido láurico, importante na indústria de cosméticos e higiene (SIEBEN, 2012, p.40).

O texto de Sieben (2012, p. 37) não deixa dúvida de que “A comunidade de Palmatuba tinha fortes raízes tradicionais”. O mesmo informa que nesta comunidade “A quebra do coco babaçu, a relação orgânica com ao ambiente ribeirinho, o trabalho na roça e nas olarias reforçam a concepção de camponês tradicional”.

Os camponeses de Palmatuba que foram estudados por Sieben (2012) sofreram a expropriação de sua terra pela Usina Hidrelétrica de Estreito e confirmam uma situação que se repete em outros estudos acerca da formação histórica do território do Tocantins, pois o autor coloca que uma das características da comunidade de Palmatuba é que a mesma “foi formada por uma população oriunda dos estados do Nordeste” e que esta comunidade “extinguiu-se com, aproximadamente, 26 famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito” (SIEBEN, 2012, p.17). Nestes termos, continua ainda o autor:

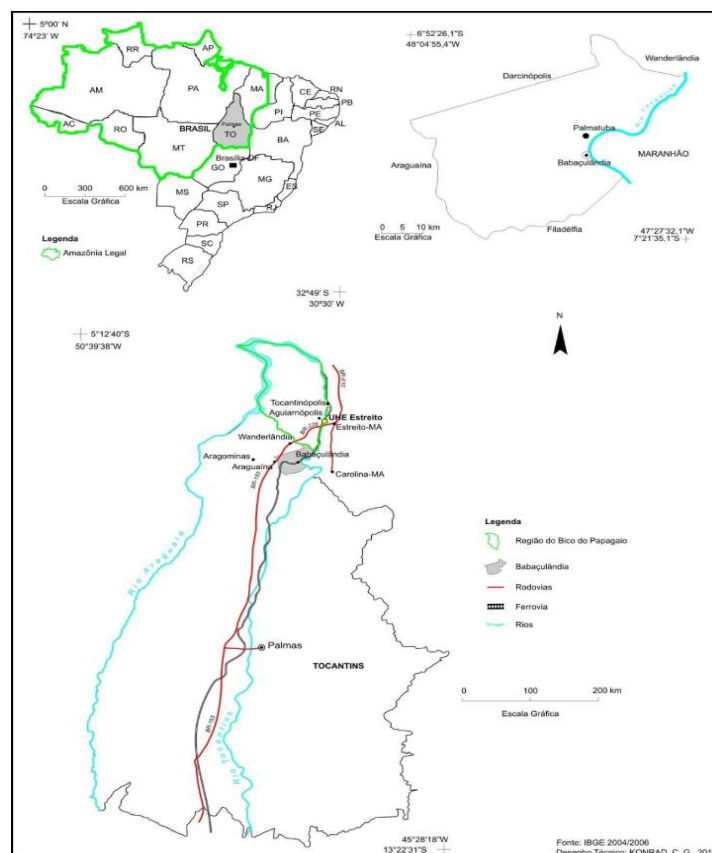
O povoado de Palmatuba na sua “simples” história de existência é efeito deste processo. Se fosse feita uma pesquisa genealógica se descobriria que esta comunidade provavelmente seria fruto de negros, índios e brancos que viveram à margem da sociedade e que por destino conseguiu na margem esquerda do rio Tocantins reconstruir por um pequeno espaço de tempo (menos de um século) a sua territorialidade, mas que novamente poderá voltar a viver como marginalizados da sociedade uma vez que estão sem o seu território. O empreendimento da UHEE, por certo, causou transtornos para os camponeses tradicionais de Palmatuba (SIEBEN, 2012, p. 19).

Importa reter dois elementos importantes neste processo: o primeiro é que trata-se de uma comunidade tradicional que tem forte relação com o seu território e remanescentes de outros povos localizados nas margens do rio Tocantins e o segundo, não menos importante para os objetivos de nossas reflexões, é que essa comunidade foi desterritorializada de seu espaço cultural pelo avanço do capitalismo com apoio irrestrito dos poderes públicos.

O processo de “destruição” da comunidade se consoma na medida em que o empreendimento da usina vai se confirmando e se realiza em “1º de dezembro do ano de 2010, quando foi iniciada a formação do reservatório da UHE Estreito que entrou em operação comercial no dia 6 de maio do ano de 2011. A formação do lago até atingir a cota de 156m de altitude com extensão de 250 km, atingindo doze municípios ocorreu no mês de março do ano de 2011” (SIEBEN, 2012, p.58).

Consideramos importante trazer para nosso trabalho o esforço do autor em apresentar, na forma de mapa, a localização do espaço estudado, Palmatuba, no contexto brasileiro e tocantinense, conforme apresentado no mapa a seguir. (SIEBEN, 2012, p. 23).

Mapa 1 - Localização do povoado de Palmatuba no contexto brasileiro e tocantinense



Fonte: Sieben (2012, p. 23).

No mapa acima vemos três imagens: o mapa do Brasil, com todos os estados, demarcando a região norte e nesta indicando o Tocantins. Vemos ainda o mapa do Tocantins, com indicação dos dois grandes rios Tocantins e Araguaia e ainda a BR-153 que cortam todo o território do estado. Apresenta ainda o mapa do município de Babaçulândia e a localização do povoado de Palmatuba.

Sabemos que geração de energia é um empreendimento de custo alto, mas também de alta lucratividade em razão da natureza da exploração desse recurso e da lógica de como isso ocorre na sociedade capitalista, principalmente quando se percebe que o Estado tem papel fundamental neste processo, pois é quem cria a infraestrutura necessária para que as empresas capitalistas se instalem. Sieben (2012), citando (BECKER, 1982, p. 215), diz que os estados nacionais não têm autonomia neste processo e que por isso:

As forças que operam na escala internacional determinam, em grande parte, o estilo de desenvolvimento nacional, marcando os períodos de transformação econômica e política, e as formas de apropriação do espaço. A análise nessa escala é, pois, fundamental para compreender-se que se trata de uma fronteira mundial num país cujo modelo de desenvolvimento é induzido do exterior. Na escala mundial, o Brasil, como os demais países da América Latina, é uma *fronteira de recursos*, tendo sua história vinculada à sua inserção na divisão internacional do trabalho. Entendida como a vanguarda da expansão territorial do modo capitalista de produção, a fronteira de recursos sempre adotou mais rapidamente inovações geradas no exterior e recebeu massa considerável de investimentos (SIEBEN, 2012, *apud* BECKER, 1982, pp. 61-62).

O resultado final do processo que dar origem empreendimento da Usina de Estreito revela exatamente isso, que “O poder estatal promoveu o crescimento econômico, requisitando a atenção e atendendo aos interesses do capital nacional/internacional à custa dos recursos naturais e das populações expropriadas atingidas pelo lago artificial do reservatório da UHE de forma direta e indireta” (SIBEN, 2012, p. 63), e obviamente destruindo a comunidade camponesa de Palmatuba.

Concordamos com Sieben (2012) quando articula a ideia de que a função do Estado reside no fato de manter e atender aos diferentes interesses classistas, atendendo preferencialmente os setores que estão no poder. O poder está no Estado brasileiro que utiliza as diferentes medidas políticas, para intervir em vários segmentos da atividade produtiva e promover as transformações necessárias, mas que como sabemos tem efeitos danosos para muita gente, como no caso das ações de construção de hidrelétricas. Para Sieben:

As hidrelétricas compreendem um complexo jogo de interesses estatais e imperialistas. Ianni (1979) e Oliveira (1988), além de outros pesquisadores, revelaram a presença maciça de capital e de empresas estrangeiras na Amazônia, sobretudo nos

estados do Pará, Mato Grosso e antigo norte goiano esperando uma possível reserva de valor das terras. Em se instalando hidrelétricas dentre outras infraestruturas, invariavelmente aumentará o preço destas terras com enormes lucros, além das riquezas obtidas pela exploração dos recursos naturais da região. Há uma combinação entre empresa capitalista e o latifúndio que transformou terras devolutas e tribais (SIEBEN, 2012, p. 65).

Todos sabemos que as construções de usinas hidrelétricas causam problemas tão graves, que a própria legislação já prevê processos de indenização para populações atingidas diretamente e indiretamente. O que a legislação não prevê ou, dito de outro modo, o que o poder público não prevê é a capacidade dos grupos empresariais de usar de todas as artimanhas possíveis para desrespeitar as populações.

Lendo este trabalho pudemos perceber que os grupos empresariais acumulam experiências e conhecimentos no processo de construção de usinas e uma das questões importantes está relacionada aos processos de negociação para pagamento de indenizações. Sobre esse debate Sieben (2012) levanta algumas questões dizendo que:

Projetos hidrelétricos como Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, Lajeado, Estreito entre inúmeros outros tiveram orçamentos de bilhões de reais. Diante das dificuldades impostas nas indenizações surge a pergunta: por que o empreendedor dificulta tanto, haja vista que as indenizações são irrisórias, considerando o orçamento total dos projetos? (SIBEN, 2012, p. 102)

Ainda sobre esse o processo de indenizações, este autor informa que ao longo de todo o “processo de discussão de opções de relocação das famílias, o CESTE – Consórcio Estreito de Energia, fez de tudo e mais um pouco para forçar as famílias a aceitarem a opção por receber carta de crédito” (SIBEN, 2012) como forma de resolver o problema da forma mais barata e com menos obrigações futuras. E o mesmo continua:

A estratégia do **CESTE (Consórcio Estreito de Energia)** com indenização foi a carta de crédito. Os reassentamentos custam mais caros ampliando a responsabilidade do empreendedor com os atingidos. Ocorreu o aumento do preço das terras com a notícia da implantação da UHEE. Houve resistência por parte do empreendedor pelos reassentamentos, impondo resistências nas discussões dos PBA's frequentes em empreendimentos desta envergadura. O consórcio manteve a discussão muito fechada (SIEBEN, 2012, p. 103).

O autor esclarece que grande parte das indenizações foi paga no final do ano de 2008 e início de 2009 e que:

O valor médio pago pelo consórcio foi de R\$ 45.000,00 mais a cesta básica estipulada por um período de um ano. Valores de R\$ 75.000,00 e R\$ 18.000,00 também foram aceitos pela população. O valor pago pela indenização variou conforme os estabelecimentos, a quantidade de terra e o grau de conhecimento e esclarecimento



do atingido. A cesta básica era ofertada apenas para aqueles que aceitaram a carta de crédito no valor de R\$ 45.000,00. Esta carta de crédito era convertida em uma casa adquirida pelo CESTE nas cidades onde o indenizado tivesse interesse em morar (SIEBEN, 2012, p. 179).

As empresas sabem que contam com condições, no processo de negociação que garantem o baixo valor das indenizações, o que faz aumentar suas margens de lucratividade já na fase de implantação do empreendimento e isso vai criando uma referência de negociação para as próximas usinas que serão construídas. De acordo com Sieben (2012, p.174) em Palmatuba:

Dentre as 26 famílias entrevistadas, 12 responderam que tiveram tempo para pensar na proposta feita pelo empreendedor; 7 se sentiram pressionados a assinar. Dos 26 pesquisados, 3 fizeram contraproposta e 3 expuseram que nenhuma das alternativas se enquadrava. Não é de se surpreender o fato de apenas 1 dos palmatubenses indenizados ter lido o contrato (SIEBEN, 2012, p.174).

Via de regra os trabalhadores não têm conhecimento técnico para apresentar proposta diferente e o que sobre é a pressão dos representantes da empresa. Neste sentido:

O Consórcio Estreito Energia (CESTE) optou pela carta de crédito como forma de indenização. Esta medida, provavelmente diminui os custos e as responsabilidades do empreendedor. No caso de Palmatuba, não foi apresentada uma área que atendesse as aspirações da comunidade. A indenização pela carta de crédito influenciou na opção em morar em cidades, bem como a proximidade de viver com os familiares e, por muitos serem idosos, encontraram dificuldades em iniciar outro modo de vida, exercendo a mesma atividade desenvolvida na ex-comunidade. A cidade de Araguaína foi o destino de muitas famílias pelo seu destaque em contexto regional e por muitos dos atingidos terem familiares morando nesta área urbana (SIEBEN, 2012, p. 213).

Como sabemos este é um processo complexo e cheio de artimanhas econômicas e jurídicas que não conhecidas pelos camponeses e as empresas também com as possibilidades de as famílias buscarem a negociação individualizada, como diz o autor:

O processo na negociação e da indenização é bastante delicado para camponeses e comunidades tradicionais. Estes não acostumados a lidar com informações de fundo capitalista, contratos e todo complexo sistema, se sentem perdidas e desamparadas no processo. Percebeu-se que alguns integrantes da comunidade tiveram interesses na implementação da UHEE e nas indenizações provenientes deste. As posturas com relação a falta de coletividade por parte de algumas pessoas da comunidade mostraram isto (SIEBEN, 2012, p. 176).

Ainda sobre esta matéria o autor levanta alguns elementos que são importantes para nossas reflexões

Imagina-se como seria para um camponês simples que lidava com valores em torno de um salário mínimo por mês de forma repentina estar diante de valores como R\$ 18.000,00 ou até maiores entre os anos 2007/08. Para alguns, com certeza, seus problemas estavam todos resolvidos, mas enganou-se tão logo o dinheiro acabou-se. O processo muito rápido de emigração, pressão, inexperiência, desunião e ilusão monetária foram alguns dos fatores limitantes na articulação da população atingida para reivindicar melhores condições (SIEBEN, 2012, p. 177).

Os grupos que são desapropriados, que perdem suas terras e seu lugar de viver e produzir, quando uma usina hidrelétrica é construída, nem sempre estão todos nas mesmas condições sociais e econômicas e por isso também os prejuízos e ou as vantagens não chegam igualmente para todos, inclusive em função das negociações efetivadas pelas empresas. No caso da construção da hidrelétrica de Estreito, não foi diferente, pois “muitos indenizados obtiveram lucro nas indenizações por terem condições políticas, econômicas, materiais e intelectuais para isso e, além disso, estes não tiveram apego ao lugar como muitos camponeses tradicionais tinham em virtude de modo peculiar de viver com o ambiente ribeirinho” (SIBEN, 2012, p.105).

Essa é uma questão importante, pois para as populações pobres, especialmente camponesas e indígenas, a terra não é uma mercadoria para ser negociada e há tradicionalmente uma relação de apego à terra e que muitas vezes “Quem se utiliza da energia elétrica não tem noção de quantas vidas foram destruídas, de quantas culturas e formas de viver desenraizadas e de quanto o ambiente foi transformado para o consumidor final ter o seu conforto. As hidrelétricas desencadeiam um conflito social entre Estado, representado pelas empresas e consórcios e as populações, carentes, expropriados, atingidos pelos reservatórios das barragens” (SIBEN, 2012, p. 113).

Referindo-se especificamente ao momento em que começou o processo de saída da comunidade de seu lugar de origem, o autor diz que:

No ano de 2004 começou a diáspora desta população. Foi neste ano que emigrou a primeira família em função da UHE Estreito e, entre 2005 e 2006, saíram outros moradores em função de perdas de familiares e também da conformação ao saber da futura desterritorialização. Duas famílias emigraram anos anteriores, mas por outras razões. No período de 2008 emigraram mais três famílias e no ano de 2009 foi a maior diáspora com 16 no total. A última emigração foi muito rápida e no mês de julho de 2009 a última família foi despejada (SIEBEN, 2012, p.190). A diáspora de Palmatuba iniciou há aproximadamente 2 anos antes de o reservatório ser formado. Em outras hidrelétricas como a de Itaipu, os camponeses atingidos puderam ficar até poucos meses antes do fechamento das comportas da hidrelétrica e assim colher suas últimas safras (GERMANI, 2003). Aos camponeses tradicionais de Palmatuba isto lhes foi negado, muito provavelmente porque não conseguiram se organizar e articular coletivamente, reivindicando mais tempo no povoado. A área de terra fértil na várzea do rio Tocantins poderia ter produzido no mínimo por mais 1 ano (SIEBEN, 2012, p.191).

O processo de expulsão das famílias não é uma situação tranquila e no caso específico da Usina Hidrelétrica de Estreito:

(...) necessitou desterritorializar os camponeses e outros povos, a fim de expor uma nova territorialidade neste local que é a monocultura da água. Há o processo de expulsão (desapropriação) com as indenizações que cria uma série de condições para que ocorra a saída (diáspora) desta população. Este processo causa danos psicológicos irreversíveis à população que é desapropriada por preços baixos e com medo de não ganhar nada, aceita propostas absurdas. Estas são algumas formas de produzir ou induzir a saída das pessoas que de certa forma obstaculizam o enchimento do lago (SIEBEN, 2012, p. 116).

Em muitos casos aqueles que se posicionam contrários ao processo de destruição causado pelas usinas, são interpretados como gente que é contra o desenvolvimento, contra a melhoria das condições de vida de todos. Sieben (2012, p. 125), citando Porto-Gonçalves (1993), diz que “ser contra a instalação de grandes hidrelétricas não significa estar contra a energia. O que se deseja é a abertura de um debate livre e democrático sobre as diversas alternativas energéticas para o país”. Lendo o texto ele diz ainda que para:

(...) os camponeses tradicionais de Palmatuba este tempo de mudança veio muito rápido e com certeza estas pessoas não têm condições cognitivas de acompanhar esta rapidez. Desta forma, esta situação causa um transtorno, que os agentes interessados no “progresso” não querem discutir. As comunidades e camponeses tradicionais e a população de Palmatuba compreendem o processo. Sabem da importância da geração de energia elétrica para a produção de luz que eles inclusive utilizavam, contudo o que não lhes é aceitável é o fato de eles serem os atingidos diretamente. Não existem outras formas? Outros locais? (SIEBEN, 2012, p. 125).

Na medida em que o empreendimento dessa natureza vai se consolidando, para as populações mais pobres e atingidas diretamente, há alterações no seu modo de vida que não serão mais reconstruídas, pois dependem também do lugar onde viviam e, que agora já não existe mais, para que as mesmas pudessem ser retomadas pelas experiências dos outros também, pois como diz Sieben, se referindo a comunidade:

Palmatuba foi constituída de camponeses tradicionais e as suas relações vinculadas ao lugar, com o sistema de manejo dos recursos naturais determinados pelo ritmo dos ciclos naturais, no caso em estudo pelo sistema determinado pela dinâmica do clima. O clima seco e chuvoso determinava a vazante e a cheia do rio Tocantins, respectivamente. Outra caracterização é a noção de território e espaço por onde esta comunidade se reproduzia social, econômica e socialmente. Estas aprendizagens foram perpassadas dos mais velhos aos mais jovens. Os camponeses tradicionais de Palmatuba tinham os seus lotes, mas os recursos como o barro e o coco babaçu eram de uso comum. Isto se deve por se tratar de uma comunidade com grau de parentesco e solidariedade muito grande. A ideia de propriedade não persistia ou era incipiente. É lamentável, que este modo de vida com relação próxima aos bens naturais foi

discriminado oficialmente tanto pelo poder público e empreendedor, que consideraram a sociedade de Palmatuba atrasada, desconsiderando a relação com o seu território, lugar e paisagem (SIEBEN, 2012, 9. 147).

O lugar, o território, denominado Palmatuba não existe mais, foi destruído pelo lago da usina hidrelétrica de Estreito. Mas continua existindo nas memórias das famílias expulsas de lá, mas agora numa outra perspectiva, como diz Sieben:

Agora os palmatubenses produzem o espaço do tempo alterado pela UHE Estreito. A comunidade se separou, os laços sociais, econômicos, culturais e afetivos foram desterritorializados. Atualmente estão separados num raio de 100 km. Mesmo os que moram próximo, em mesmos bairros, como acontece com a vila Ribeiro em Araguaína/TO, não se comunicam mais, ou o fazem mais raramente. A vila Ribeiro foi o local escolhido por algumas famílias de Palmatuba desterritorializadas (SIEBEN, 2012, p.126).

A comunidade não se refaz novamente, haja vista que sua destruição impõe à mesma a lógica da vida em bairros periféricos de cidades próximas da região onde foi construída a usina de Estreito. Sobre esta questão diz o autor:

A comunidade desterritorializada vive hoje em cidades e áreas rurais dos municípios tocantinenses de Araguaína, Babaçulândia, Aragominas, Wanderlândia e Carolina (MA). De um total de 27 famílias desterritorializadas, 22 residem atualmente, em áreas urbanas e outras cinco em áreas rurais. Estas últimas objetivaram repetir o modo de vida vivido em Palmatuba (SIEBEN, 2012, p. 213).

O estudo de Sieben (2012) nos ajuda a compreendermos que a comunidade de Palmatuba criou uma relação social, econômica e ambiental adequada com o seu ambiente, usando somente o necessário, sem fins lucrativos/acumulativos, bem como uma relação equilibrada com o seu meio: o rio Tocantins, a terra, a argila e o coco babaçu (SIEBEN, 2012, p. 212). Por outro lado, as reflexões do autor também nos ajudam a reforçar um modo de pensar importante acerca dessas comunidades, não importando o quanto elas sejam idílicas ou não as mesmas têm o direito de viver em paz nos locais onde escolheram.

#### **4.2 Os indígenas Akwe-Xerente e os impactos da UHE de Lajeado (ARAÚJO, 2016)**

A autora anuncia que sua tese tem como questão-problema “os efeitos da implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Lajeado, Luís Eduardo Magalhães, mais conhecida como Usina de Lajeado, sobre os modos de vida, organização social e cosmologia Akwẽ-Xerente, considerando como base a relação desse povo com a territorialidade” (ARAÚJO, 2016).

E como objetivo principal do estudo “compreender a relação do povo indígena Akwê-Xerente com a sua cosmologia no contexto das transformações socioterritoriais impulsionadas por setores econômicos e pelo Estado” (ARAÚJO, 2016, p. 17).

A tese de Araújo (2016) está organizada em cinco capítulos. O primeiro é a Introdução. Nela a autora diz que “apresenta a trajetória da pesquisa, o objeto de investigação da tese e diz como realizou o trabalho de campo” (ARAÚJO, 2016, p. 40).

No segundo capítulo, a autora informa que “fez uma retrospectiva desde quando os Xerente foram expulsos pelas frentes de exploração extrativista e pecuária entre os rios Araguaia e Tocantins, passando pela fase dos aldeamentos e pela criação de Tocantínia, quando ocorreu a invasão de suas terras pelos fazendeiros” (ARAÚJO, 2016, p. 40).

No Capítulo 3, a autora diz que “abordou os Xerente a partir da construção da UHE de Lajeado”. E diz que a “implantação dessa obra no rio Tocantins implicou para os Xerente perdas materiais, dentre outras a perda das roças de vazante e a diminuição da pesca e da caça, o que provocou reflexos em sua forma de conceberem o mundo e no seu modo de vida, respectivamente” (ARAÚJO, 2016, p. 40).

No Capítulo quatro, “evidencia como o povo Akwê-Xerente concebe o cosmo e o articula com os novos empreendimentos, com a ideia de desenvolvimentismo”. E no Capítulo cinco, “utiliza narrativas, fotografias, desenhos e mapas, procurando mostrar qual o relacionamento dos Xerente com seu território após Lajeado, atentando para as relações com o rio e os modos de vida da atualidade” (ARAÚJO, 2016, p 40).

Araújo (2016) argumenta que os índios já conquistaram o direito, juridicamente falando, de ter seus territórios respeitados, e que outros agentes, sejam públicos ou privados precisam consultá-los no caso de realizar ações que causem qualquer influência no seu modo de vida e impacto em seu território. No entanto esta autora diz que não foi isso o que ocorreu em Lajeado:

Quando ocorre a construção de uma UHE, o recomendável é que as populações atingidas sejam avisadas sobre o que realmente ocorrerá a elas, o que enfrentarão dali por diante; mas o que na verdade ocorre é uma grande quantidade de propagandas sobre benefícios que serão gerados para as populações. Com isso, os contextos particulares de cada povo ou comunidade não são colocados em evidência (ARAÚJO, 2016, p. 17)

E a autora complementa dizendo que já na fase de estudos para a implantação do empreendimento havia clareza dos impactos para os Xerente, no entanto o que se viu posteriormente foi a repetição da prática da dominação, pois:

Não é de agora que as hidrelétricas são construídas sem haver consultas e esclarecimentos às populações atingidas. No caso do povo Akwê-Xerente, este só tomou conhecimento da obra quando esta já estava em andamento. Pode ser que alguns já tivessem ouvido falar sobre a construção, só não imaginavam as implicações diretas que estas viriam trazer para o dia a dia de seu povo. Esta opinião pode ser verificada em texto sobre os Estudos dos Impactos Ambientais (EIA), elaborado em 1996 (ARAÚJO, 2016, p. 82).

Seguindo sua linha de raciocínio acerca de empreendimentos como uma usina hidrelétrica, diz Araújo (2016, p. 70), que estas não são ações econômicas isoladas, pois:

A construção de grandes empreendimentos em terras indígenas e em seu entorno é um dos principais mecanismos de prolongamento de uma mentalidade colonizadora. Nesse sentido é importante situar a Usina Hidrelétrica (UHE) na conjuntura do desenvolvimentismo. O Tocantins – estado criado com a Constituição de 1988, anteriormente era o norte de Goiás e hoje está situado na Amazônia Legal –, há mais de três décadas, passa por profundas mudanças estruturais. Tais mudanças tiveram início com um projeto de integração nacional, o qual acarretou problemas ambientais, sociais e culturais, embora se deva reconhecer que houve nesse processo elementos positivos que trouxeram desenvolvimento para a região (BECKER, 2005, p. 73).

Na pesquisa de Araújo (2016, p. 42) é apresentada uma boa discussão acerca das origens do povo Akwê-Xerente e neste sentido a autora afirma a partir de suas leituras e reflexões que

Os Xerente são um povo originariamente do cerrado brasileiro, embora haja versões, em sua tradição oral, de que os primeiros contatos com os não indígenas tenham ocorrido em terras junto ao mar, quando iniciaram relações com tripulações de navios. Uma das visões indica que o contato teria ocorrido na Bahia; a outra aponta o Rio de Janeiro. A versão que aponta a Bahia como local do primeiro contato também é narrada pelo povo Xavante, parente muito próximo dos Xerente. Aracy Silva (1992, p. 362) identificou uma narrativa em que os Xavante também estabeleceram seus primeiros contatos com não indígenas em terras situadas —junto ao mar. De acordo com os *Annaes da Província de Goyas*, redigidos por José Martins Pereira Alencastre, os Xerente habitavam, nos começos do Século XIX, as caatingas e as charnecas do Médio Tocantins, entre os rios Manuel Alves Grande e Manuel Alves Pequeno. Eram ainda encontrados nos sertões do Duro, em 1810, quando submetidos pelo —capitão que governou Goiás de 1809 a 1820. O documento faz menção ainda às memórias do padre Luiz Antônio da Silva e Souza, o qual se referiu aos Xerente como uma nação que existe acima da cachoeira de Lajeado, no Tocantins, estendendo-se até os sertões do Duro, entre Rio Preto e Maranhão (CUNHA, 1992, p. 143).

Lendo o trabalho de Araújo (2016, p. 42-43), percebe-se que os Xerente foram obrigados a enfrentar com muitas dificuldades todos os problemas para viver em seu território e que muitas vezes isso custou a vida de muitos indígenas e a necessidade de ir procurando lugares distantes e que representavam também dificuldade para a presença da população não índia. No entanto a autora também diz que esse processo de ter seu território não ocorre sem lutas e contradições, pois:

No Século XX, os Xerentes já estavam com suas atuais terras quase que totalmente tomadas por diversas fazendas de gado que, aos poucos, foram-se instalando entre os rios Tocantins e Sono, ocupação que não ocorrera com outros indígenas que viviam entre o Tocantins e o Araguaia. Ressalte-se que a pecuária, durante a colônia, tinha vida própria, o que lhe permitia subsistir mesmo que diminuísse consideravelmente a procura por seus produtos. Enquanto houvesse terras vazias (mas ocupadas por índios), permitia-se o estabelecimento de novas fazendas – mesmo junto a atividades agrícolas de subsistência, ou mesmo quando da decadência da cultura da cana (fim do século XVII) e da mineração (fim do século XVIII). A entrada do gado em Goiás está, portanto, ligada ao período da mineração. O gado era trazido do Vale do São Francisco através das gargantas que o ligavam à bacia do Tocantins (MELATTI, 1967, p. 19).

Sabemos que na luta contra o império Português e seus representantes na colônia brasileira, dentre estes os latifundiários e a Igreja Católica, houve muitos conflitos na fase dos aldeamentos criados com a desculpa de catequizar os indígenas que tiveram que encontrar alternativas para superar principalmente os problemas relacionados aos seus territórios. No caso dos Xerente, que contam com território demarcado, diz a autora que,

Os Xerente vivem em duas terras localizadas no município de Tocantínia (TO), a cerca de 70 km ao norte da capital, Palmas, entre o rio Tocantins e seu afluente, à margem direita, o rio do Sono. Ocupam as áreas indígenas denominadas T.I. Xerente e T.I. Funil, as quais, após muita luta, foram demarcadas e homologadas. As terras xerente estão em território contínuo. A T.I. Xerente (delimitada pelo Decreto N.º 71.107, de 14 de setembro de 1972, demarcada pelo Decreto N.º 76.999, de 8 de janeiro de 1976, e homologada pelo Decreto N.º 97.838, de 16 de junho de 1989, com extensão de 167.542,105 hectares) e a T.I. Funil (delimitada pela Portaria n.º 1.187/E/82, de 24 de fevereiro de 1982, e homologada pelo Decreto n.º 269, de 29 de outubro de 1991, com extensão de 15.703,797 hectares) totalizam 183.245,902 hectares. O povo Xerente teve seu território demarcado em definitivo no ano de 1991. É uma terra que totaliza 183.245,902 hectares e divide-se em duas áreas indígenas cujas demarcações ocorreram em épocas diferentes e com processos demarcatórios diversos. No passado, o território ia além das atuais áreas (Xerente e Funil) demarcadas (ARAÚJO, 2016, p. 40).

Mesmo com seu território demarcado e tendo em vista a pressão criada pelo processo de desenvolvimento do capitalismo e a suposta modernização nacional, a autora nos diz que,

O estado do Tocantins, desde a sua fundação, em 1988, passou a ser foco das atenções regionais e nacionais devido à sua localização estratégica para o — desenvolvimento econômico. Desde então, o território Akwẽ vive o peso dos efeitos advindos da expansão desenvolvimentista, ou seja, está atualmente rodeado de projetos incentivados pelos governos federal e estadual, em parceria com a iniciativa privada. Alguns empreendimentos, como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, poderão alterar drasticamente o seu entorno, assim como a Hidroelétrica do Lajeado, em funcionamento desde 2001, que, além de modificar o entorno, afetou a ictiofauna e o cerrado, onde está situado o território indígena Xerente (ARAÚJO, 2016, p. 69)

Araújo continua sua reflexão falando sobre o povo Xerente e os impactos para os mesmo desse processo de modernização, e cita a pecuária, a agricultura, a construção da rodovia Belém-Brasília e mais recentemente a UHE-Lajeado:

Os projetos de modernização chegaram ao povo Xerente por meio da FUNAI, a partir da década de 1980, através da execução de projetos. Foi então que a sobrevivência desse povo passou a depender, em parte, dos resultados destes projetos. Essa proposta modernizadora tinha, à frente, os mais jovens. Havia pouco espaço para os seus wawê, os seus velhos, que, no passado, foram bem mais que os verdadeiros guardiões de sua cultura e história, pois também governavam e formavam o Conselho de Anciões (ĩptokwá). Com as mudanças e os financiamentos para a modernização da agricultura, os wawê passaram a perder espaço. Os Xerente têm vivido, no decorrer das últimas décadas, um verdadeiro —cercamento de suas terras, processo que já vem ocorrendo há bastante tempo e que teve início com a chegada das frentes de expansão (agrícola e pecuária). Tal processo é marcado pela instalação de fazendas de gado em territórios indígenas e arredores, pela construção de rodovias, dentre elas a Belém-Brasília, pelo surgimento de cidades e, mais recentemente, em 2001, pela construção da Hidrelétrica de Lajeado. Esses fatores e a chegada de novos agentes e sujeitos interferem diretamente no modo de sobrevivência e na forma de conceber e viver a vida (ARAÚJO, 2016, p. 62).

Discutindo elementos relacionados a esse processo de modernização, bem como seus impactos para o povo Xerente, diz Araújo (2016):

O desenvolvimentismo não pararia por aí. No campo dos investimentos energéticos, conforme Viveiros de Castro e Andrade (1988) e Ribeiro (1994 *apud* BAINES & SILVA, 2007, p. 15), as grandes hidrelétricas, por exemplo, têm reproduzido um modelo de desenvolvimentismo que contribui muito para aumentar as desigualdades sociais. Os autores afirmam ainda que os governos usam as hidrelétricas como forma de captar recursos. No decorrer do processo de implantação da barragem, os Xerente se viram diante de uma realidade nunca antes vivida. Isso porque a instalação de uma usina hidrelétrica possui fases estrategicamente pensadas por parte de seus planejadores e executores. Ela também envolve atores, interesses e pontos de vista diversos. Tudo isso é necessário para lidar com realidades diversas, considerando os impactos que demandam alternativas de mitigação e compensação das interferências ocorridas. Dessa forma, ao entrar em operação, um empreendimento como a UHE Luis Eduardo Magalhães modificou a realidade dos moradores de seu entorno. Ela passou a controlar o fluxo natural do rio e, conseqüentemente, afetou a vida de comunidades, como a do povo Xerente, principalmente o cotidiano dos moradores de várias aldeias situadas à margem desse rio e que dependem dele, em muitos aspectos, para sobreviver (ARAÚJO, 2016, p. 77).

Ainda acerca dessa questão Araújo, citando Becker (2005, p.73) diz que a construção de grandes empreendimentos em terras indígenas e em seu entorno é um dos principais mecanismos de prolongamento de uma mentalidade colonizadora. Nesse sentido é importante situar a Usina Hidrelétrica (UHE) na conjuntura do desenvolvimentismo. O Tocantins – estado criado com a Constituição de 1988, anteriormente era o norte de Goiás e hoje está situado na Amazônia Legal –, há mais de três décadas, passa por profundas mudanças estruturais. Tais mudanças tiveram início com um projeto de integração nacional, o qual acarretou problemas



ambientais, sociais e culturais, embora se deva reconhecer que houve nesse processo elementos positivos que trouxeram desenvolvimento para a região.

Especificamente sobre a UHE-Lajeado e seus impactos para os Xerente, a autora coloca informações importantes para as reflexões que estamos fazendo e para o contexto de seu estudo, pois nos informa que:

A UHE – Lajeado é a primeira hidrelétrica brasileira privada, construída com auxílio financeiro público, erguida com total desrespeito à população atingida: índios Xerente, ribeirinhos e camadas pobres de Palmas, Porto Nacional e região. A previsão do capital utilizado na construção da UHE – Lajeado foi de uma receita de 170 milhões de reais por ano, sendo que, da energia produzida, estabeleceu-se que 20% se destinariam a ficar no estado do Tocantins, e o restante, 80%, seria direcionado ao mercado nacional através do sistema Norte-Nordeste, Centro-Oeste e Sul-Sudeste. A obra foi orçada em R\$ 1,2 bilhão. A concessão para exploração da energia em Lajeado foi de 35 anos, para que, em 8 anos, o valor da obra fosse resgatado. A partir do 9.º ano, ela geraria lucro para os empreendedores. A área do lago é de 630 km<sup>2</sup>, com uma extensão de 173 km e profundidade média de 8 m<sup>48</sup>. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), [...] a barragem e o vertedouro para descarga de enchentes estarão localizados pouco a montante da foz do rio Lajeado, e pela margem esquerda, estão previstos um dique de ligação e a Casa de Força, esta última localizada em frente à cidade de Lajeado, no município de Miracema do Tocantins (1996, p. 4). O período de construção da hidrelétrica de Lajeado foi de transtorno, conforme afirma Luís Roberto De Paula (2010), devido à implantação de programas mitigadores. (ARAÚJO, 2016, p. 78-79).

Os capitalistas proprietários desses grandes empreendimentos sabem de antemão que os prejuízos para as populações que estão próximas dessas obras são enormes, por isso, a previsão legal de implantação de programas que reduzam o sofrimento das pessoas. No caso dos Xerente, Araújo menciona problemas acerca de programa de compensação criado, mas também algumas consequências do mesmo,

Após a construção de Lajeado, visando atenuar os problemas com os Xerente pelos impactos de sua construção, foi criado o Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX). O convênio foi firmado em 2001, com orçamento de R\$ 10 milhões. Um montante de 105 mil reais seria investido em projetos ao longo de oito anos, em programas que garantissem a sustentabilidade do povo Akwê-Xerente. A administração do recurso ficou a cargo dos Xerente e da Funai. Com o Procambix foi possível perceber que, em 2009, quando ocorreu o último repasse da verba indenizatória, houve impasses quanto às opiniões divergentes em relação ao PROCAMBIX – alguns grupos da população Xerente exigiam a continuidade do projeto, alegando que os objetivos previstos no programa não haviam sido alcançados; outros, porém, alegaram que o PROCAMBIX deveria continuar pelo fato de garantir emprego a várias famílias. Houve ainda aqueles que preferiam o seu encerramento porque, segundo eles, as ações do projeto, além de não garantirem a sustentabilidade, deixaram a população Xerente ainda mais dependente (ARAÚJO, 2016, 79-80).

A autora refletindo sobre esse processo de compensação e os impactos para os Xerente cita fala do “cacique Ranulfo denunciando que, de trinta caciques, apenas quatro foram consultados” (ARAÚJO, 2016). Considera-se importante manter neste trabalho essa narrativa de alguém que sente todos os dias os problemas criados pela barragem.

Olha, bom... pelo que eu sei, o povo Xerente não foi consultado, não teve a consulta, mesmo sabendo que ela ia atingir a população Xerente, mas a gente não foi consultada. E a única mobilização que fizemos foi a... buscando... foi solicitando, buscando os nossos direitos, é que era a compensação, as lideranças lutaram, o povo lutou junto, e tamo junto, pra que temos o direito de ser compensada. E fomos compensados, fomos compensados sim, com 10 milhões e 105 mil; se não me engano, foi esse valor que essa empresa repassou em forma de projetos para a população Xerente, que hoje já foi no ralo, num tem mais esse valor, só temos boas lembranças, dessa compensação que é esse valor de 10 milhões e 105 mil, que na realidade nós não temos hoje, em todas as aldeias, temos nada, deixado pela barragem, pela compensação da barragem. Então foi isso, só ficamos com o prejuízo... essa compensação trouxe pra nós roça mecanizada, a roça mecanizada só deixou desmatamento, que até agora, o local das roças estão tentando se recuperar por ela mesmo, e fizeram abertura pra fazer a roça mecanizada, e não teve projeto pra reflorestamento, só ficamos com esse prejuízo. Teve projeto também que é gado, criação de bovinocultura, e em algumas aldeias não existe mais, em outras aldeias está dando certo, estão consumindo a carne, do gado, consumindo leite, essa foi a opção das aldeias de criar gado, mas a gente optou por não ter mais caça, por não ter mais peixe no rio, então a opção foi criar gado, então algumas aldeias ou quase todas, não tem mais essa criação. Então é isso, professora, pra implantação ninguém num foi consultado, num teve essa licença por parte do indígena, não teve não, eu não me lembro que teve essa consulta pra implantação, e primeiro não era dentro da reserva, era fora da reserva, mas o impacto é geral dentro da reserva, o impacto atinge mesmo, mas isso não levaram em consideração, sabendo que os indígenas iam ser impactados, mas a empresa não reconheceu esse impacto, implantaram, construíram e o impacto tá aí viva, tá aí presente, tá pro resto da vida, nossos netos, isso todos vão presenciar esse impacto, então é isso... (PCW XERENTE, fevereiro de 2015). A fala expressa que não houve a participação dos indígenas em relação às decisões sobre os efeitos dessa hidrelétrica bem próxima à reserva. Os Xerente foram pegos de surpresa. Em seguida, fala sobre a indenização como algo momentâneo na vida dos Xerente, através de projetos de roça mecanizada, de criação de galinha e de gado. Lamenta o fato de não ter havido projetos de reflorestamento, pois, segundo ele, o impacto é permanente (ARAÚJO, 2016, p. 86).

Num trabalho dessa natureza é muito importante não dar margem a mentalidade colonizadora sobre os indígenas e Araújo foi coerente neste processo, dando espaço em sua pesquisa para que os indígenas manifestassem seu pensar acerca da usina e os impactos para eles. Reproduzo abaixo o modo como a autora deixa isso muito claro em seu trabalho, quando menciona:

Não foram levados em consideração, tampouco avaliados, os prejuízos futuros, já que uma grande obra, em um rio, provoca impactos definitivos, e não provisórios, como fora considerado pelo empreendedor. Os Xerente passaram então, a saber, disso: [...] o impacto não é indireto, o impacto é permanente, nós perdemos nossos lugares de plantios, as nossas vazantes, agora temos que buscar outros meios para viver! (DWXerente, em 15 de janeiro de 2015).

Para o ancião Severo Sôwarê Xerente, a situação se agravou ainda mais no tocante à alimentação, depois da UHE, pois agora buscam consumir dos mercados em Tocantínia, aqueles que dispõem de alguma renda.

Enquanto não tinha barragem, não tinha isso. Mas depois que criaram a barragem, o peixe tá acabando e vai acabar mais. A barragem tá bem aí. Caça não tem, tem cala, mas pra quem tem a mão boa pra pegar um veado. Os Xerente agora comem de Tocantínia, aquilo que pode comprar (SOWARE, em 03/10/201356) (ARAÚJO, 2016, p. 82-83).

A autora diz que após a instalação da UHE, os Xerente foram indenizados. A fim de aplicar o montante em compensação ambiental, foi criado o Programa para a Comunidade Indígena Xerente (PROCAMBIX), uma parceria da empresa Investco com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A meta era de compensar os efeitos da barragem sobre o território indígena. Em um primeiro momento, foram pagos um milhão que destinaram à construção de três enfermarias e mais dois veículos toyotas. Posteriormente, os 10 milhões e 105 mil, distribuídos em quatorze prestações, destinados ao financiamento de projetos de compensação ambiental (ARAÚJO, 2016, p. 93).

Para uma reflexão sobre os projetos implantados, é importante considerar as ponderações feitas pelos próprios Xerente e reproduzida pela autora:

O projeto era pra ser, autossustentabilidade, hoje os Xerente continua, não do mesmo jeito, mas eu acho que pior, porque antigamente eles trabalhavam, nas vazantes, nas roças, depois desse projeto da barragem, eles ficaram muito dependentes, de tá recebendo doação, e... enfim, até hoje eles num... acho que a barragem não foi bem pros Xerente... A autossustentabilidade, porque eu penso assim comigo, meu avô mesmo, meus tios, todos eles, até hoje eles trabalham aí, desses mais velhos, todos eles trabalham na roça, roça de toco, aí esse projeto da barragem, o eu que foi feito, o desmatamento nas roças mecanizada, arroz, mas, o plantio que foi feito do projeto PROCAMBIX, foi mais foi arroz, num tinha aquela coisa assim sabe... hoje tem criação de gado, mas não tem pasto adequado, tem uns índio, alguns deles que ainda luta com a criação de gado, mas do projeto em si, não trouxe nada de benefício pros índios (VSXERENTE, 2015). (ARAÚJO, 2016, p. 95-96).

Na avaliação de Araújo fica muito claro no conteúdo da narrativa transcrita acima, “é que, com relação ao desenvolvimento dos projetos planejados para serem implementados com o dinheiro da indenização que o povo Xerente recebeu, há aspectos a serem considerados: a meta proposta inicialmente foi implantar a autossustentabilidade do grupo, tendo em vista as perdas já anunciadas; o projeto provocou desmatamentos nas terras, nos lugares de plantio das roças; estes projetos geraram certa acomodação, como no caso da roça mecanizada; muitos Xerente continuaram insistindo em fazer suas roças” (ARAÚJO, 2016, p. 97).

Por outro lado, é muito importante as observações feitas pela autora no sentido de informar que os xerente não fazem somente um tipo de plantio de roça, e que a ação prejudicial da barragem não é provisória para a vida dos Xerente e sim permanente.

Os Akwê-Xerente praticam outros tipos de roças, além da roça de toco: a de vazante e a de terreiro. A roça de vazante é praticada por eles nas margens dos rios Tocantins e Sono, nas quais plantam diversos produtos, como mandioca, milho, feijão, banana e feijão andu. É uma prática existente há muitos anos. Com a construção da barragem no rio Tocantins, a Hidrelétrica de Lajeado, a realidade das vazantes já não é a mesma. Para os indígenas, a vida do povo não é mais a mesma depois da implantação da grandiosa obra no rio Tocantins. As atividades nas vazantes já não são como há dez anos. Esta obra impactou a comunidade, principalmente a sociedade Xerente. As práticas agrícolas, que eram de uso frequente das famílias, foram perdendo seu valor. Antes, tudo o que se plantava era colhido, não havia insetos, pois as águas lavavam a área próxima durante as enchentes, bem como adubavam o solo. As vazantes que surgiram são mais recentes e caminham lado a lado com a prática da roça de toco. Nelas, há a participação mais efetiva dos homens, mas as mulheres também desempenham o seu papel, principalmente durante a colheita (ARAÚJO, 2016, p. 139).

É importante compreender que a dinâmica da vida social e econômica dos Xerente vai além das consequências e prejuízos identificados pelos responsáveis por um empreendimento dessa natureza, no entanto, os índios também desenvolveram capacidade de analisar o mundo e o território deles e sabem tirar suas próprias conclusões e indicar prejuízos que outros não querem perceber, como informa Araújo a seguir,

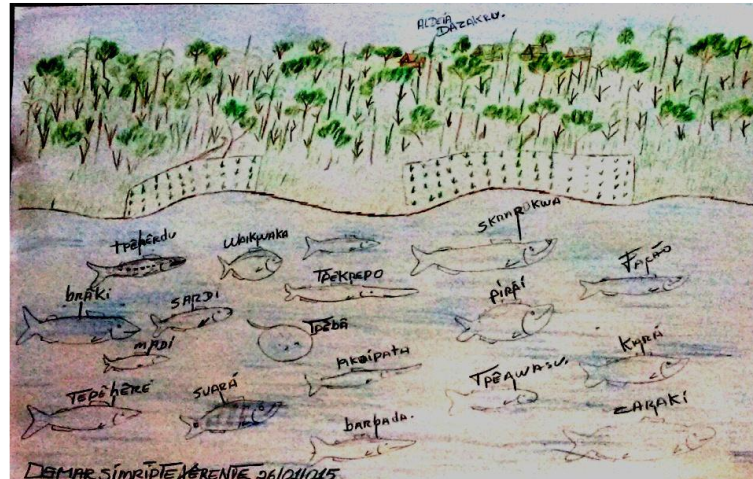
As consequências após-Lajeado vão além de vazantes perdidas, da diminuição da pesca e da caça. Por meio dos conhecimentos que possuem sobre a natureza, afirmam que o rio está secando e está morrendo. A explicação é que, quando morre o rio mãe, os outros que estão ao alcance dele também morrem. Dizem isso ao se referir àqueles que pertencem à mesma bacia hidrográfica. Em 2007, foi realizado um estudo que descreve a reserva a partir das bacias hidrográficas. Ao Norte, observa-se como limite a bacia do ribeirão Gorgulho e as áreas de chapadas nas cabeceiras do Lajeado, que findam na ponte sobre o rio Sono. Ao Sul, vários pequenos córregos foram utilizados para definir os limites, tais como o Tabocas, o Invernada, o Piabanha, o Água Fria, o Preto e o Roncador (ARAÚJO, 2016, p. 162).

Comprendemos que isso só reforça o ideário de que os índios, ou outros povos não deveriam ser expulsos de seus territórios em nome desse tipo de investimento. Não há recurso financeiro que pague os tormentos vividos por esses grupos atingidos. Só é possível medir essas questões quando buscamos os modos de vida desses grupos. No caso dos Xerente, o estudo de Araújo revela questões de muita sabedoria, tanto do ponto de vista dos indígenas, como na lógica da sensibilidade e do respeito que a pesquisadora manifesta nas questões que traz para sua pesquisa. Chamo atenção e trago para esta monografia dois desenhos criados por um indígena da Aldeia Porteira. São representativos do modo de pensar e viver dos Xerente e que foi muito bem captado pela pesquisadora.

De acordo com Araújo (2016, pp. 156-157) esses desenhos a seguir, foram feito por Osmar Srimpte Xerente. No primeiro, é a representação do rio Tocantins, na aldeia Porteira,

antes da construção da Usina de Lajeado. É possível ver que ele deu ênfase à abundância e à diversidade de peixes, bem como a mata ciliar e os espaços de plantio das vazantes.

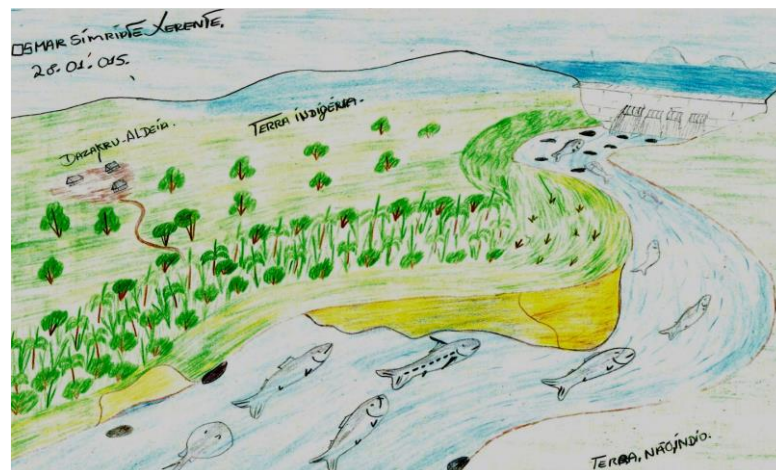
Desenho 1 - Representação do rio Tocantins antes da construção da UHE de Lajeado na aldeia Porteira



Fonte: Desenho por Osmar Simripte Xerente – 25/01/2015.  
(Araújo, 2016, p. 156).

No segundo desenho a seguir, Araújo diz que o indígena Osmar representou o rio após a hidrelétrica. O desenho representou esse curso d'água mais estreito do que no desenho anterior. Entretanto, o que chamou mais a atenção da autora na imagem foi a representação da subida dos peixes na época da piracema em direção à UHE de Lajeado. Para os Xerente após a hidrelétrica, os peixes já não sobem como antes.

Desenho 2 - Representação do rio Tocantins depois da construção da UHE de Lajeado na aldeia Porteira



Fonte: Desenho por Osmar Simripte Xerente – 25/01/2015.  
(Araújo, 2016, p. 157).

Compreendemos que os indígenas são os povos mais atacados e que sofrem os maiores prejuízos no processo de avanço da modernização da economia. Seus territórios foram conquistados com muitas lutas e mortes, estando localizados em regiões de difícil acesso exatamente para garantir suas vidas e agora estão sendo cassados e vitimados nos locais onde escolheram viver. O trabalho de Araújo tem muito a revelar sobre essas questões.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse trabalho foi analisar e compreender os conflitos e efeitos da construção de usinas hidrelétricas em comunidades tradicionais de camponeses e indígenas no Tocantins. A implantação de grandes projetos para geração de energia elétrica se baseia num discurso de modernização e desenvolvimento regional e que traz em seu interior a ideia de que todos serão beneficiados, pois de acordo com os seus defensores vai acontecer: geração de empregos, impostos para os Governos Estaduais e Municipais, oportunidades de crescimento para a região onde o empreendimento será instalado. As leituras que fizemos e a experiência de conviver em relação com esse processo nos informa que também há muitos prejuízos, especialmente para as populações mais pobres desses lugares.

Fizemos a opção de realizar um estudo bibliográfico, de caráter qualitativo, embora nossa vontade seja continuar aprofundando essas reflexões, em outra etapa da formação, e talvez com melhores condições para realizar uma pesquisa de campo em uma comunidade atingida por barragem já em operação ou a ser construída.

No primeiro capítulo intitulado “Um histórico do modelo energético brasileiro” apresentamos um histórico do modelo energético brasileiro discutindo as origens e os distintos processos de sua implantação, especialmente aquele que é majoritário e que tem como base as hidrelétricas e que ocorreu permeado de conflitos e contradições, bem como com articulações confusas na visão dos povos marginalizados, entre o público e o privado. Apresentou-se ainda um recorte histórico que procurou dar conta de aspectos que indicam a natureza de sua origem e implantação ao longo do tempo, bem como algumas reflexões acerca do movimento de construção de hidrelétricas, chamando atenção para projetos da bacia do rio Tocantins. Para dar conta desse percurso privilegiamos as leituras de obras de: Gomes e Vieira (2009); Feliciano (1988); Foschiera (2010); Batista (2011) e Mauriz (2008).

No segundo capítulo, considerando que o objetivo principal desse estudo está articulado com a ideia de compreender os efeitos da construção de hidrelétricas em comunidades tradicionais, apresentamos os resultados das leituras que fizemos visando discutir comunidades tradicionais e camponeses. Inicialmente apresentou-se uma discussão sobre comunidades tradicionais, na qual situamos o campesinato e os indígenas como um tipo de comunidade tradicional e, em seguida fizemos algumas reflexões específicas acerca do termo camponês, pensando suas origens e o processo de ocupação do território do Tocantins e situando os camponeses neste processo. Aqui privilegiamos as leituras de: Brandão (2009); Diegues (2000); Godoy (1999); Martins (1981) e Moura, (1986).

No terceiro capítulo denominado “As hidrelétricas e os danos causados a comunidades tradicionais no Tocantins”, apresentamos casos de comunidades tradicionais camponesas e indígenas do Tocantins que tem sofrido processos de destruição em razão da construção de hidrelétricas. Tomamos como referência para as reflexões dessa parte do trabalho, a leitura de duas teses de doutorados (SIEBEN, 2012) e (ARAÚJO, 2016). Esses estudos foram escolhidos porque ambos estão articulados com a temática da análise de processos de construção de duas hidrelétricas e seus impactos para populações indígenas e camponesas no Tocantins.

No decorrer das leituras e discussões da presente pesquisa pudemos compreender que no Brasil, água e energia têm uma relação de interdependência. Sabemos que as contribuições da energia hidráulica ao desenvolvimento econômico do país têm sido expressivas, seja no atendimento das diversas demandas da economia em atividades industriais, agrícolas, comerciais e de serviços, seja na melhoria do conforto das habitações e da qualidade de vida das pessoas.

As leituras que fizemos também indicaram que esse bem público, a água, vem sendo apropriado privadamente por distintos grupos econômicos, multinacionais com apoio do estado brasileiro, mas que não podemos negar que o uso da energia também desempenha papel importante na integração e no desenvolvimento de regiões distantes dos grandes centros urbanos e industriais, mas também causam destruição para muitas comunidades que vivem nas áreas onde as usinas são construídas, a exemplo da comunidade camponesa de Palmatuba, destruída pela usina hidrelétrica do Estreito e estudada por Sieben (2012), bem como o povo Akwe-Xerente, que viveu e vai continuar vivendo sérios problemas em razão da usina hidrelétrica de Lajeado, de acordo com o estudo de Araújo (2016).

Contraditoriamente vimos em nossas leituras e especificamente em relação a esses povos citados que embora sejam fortes e lutem por seus territórios, compreendemos que é importante destacar que também há fragilidades das comunidades para enfrentar esses grandes projetos já realizados, mas também aqueles que estão previstos para implantação em bacias hidrográficas do Estado do Tocantins, como é o caso da UHE do rio Perdida II que afetará a Comunidade tradicional de Três Pedras em Rio Sono e que já faz famílias sofrerem e perderem suas terras antes da implantação de sua obra.

A literatura que estudamos indica que há muita dificuldade das comunidades para entender a implantação desses projetos e quando tomam conhecimento de fato das condições reais que envolvem esse tipo de obra, o projeto de construção já está iniciado e isso cria mais dificuldade no que diz respeito a organização dessas famílias para enfrentá-los.



Por outro lado, também pudemos observar que o próprio Estado brasileiro dá todas as condições para as empresas instalarem seus empreendimentos. Um exemplo disso é o modo como o governo do Tocantins colocou o aparato público a serviço das empresas que construíram Lajeado e Estreito. Isso significa que longe de proteger as populações pobres atingidas diretamente por essas obras, o governo coloca o Estado a serviço dos representantes do capital nacional e internacional.

Especificamente em relação a comunidade camponesa estudada por Sieben (2012), pudemos perceber que se tratava de uma comunidade com uma história de ocupação e portanto de uso do seu território de mais de 70 anos e que vivia do trabalho com o barro, da quebra e processamento do coco babaçu e que evidentemente existiam muitas dificuldades para seus moradores de Palmatuba; existiam conflitos entre vizinhos, havia a presença de intempéries naturais como as enchentes do rio Tocantins, no entanto existia a luta, o combate dessas dificuldades.

A comunidade camponesa de Palmatuba foi destruída pela UHE de Estreito e vive hoje em cidades e áreas rurais dos municípios tocantinenses de Araguaína, Babaçulândia, Aragominas, Wanderlândia e Carolina (MA). De um total de 27 famílias desterritorializadas, 22 residem atualmente, em áreas urbanas e outras cinco em áreas rurais.

Embora haja muitas diferenças, também há semelhanças entre a comunidade de Palmatuba e os indígenas estudados por Araújo (2016). Os moradores de Palmatuba viveram uma relação com o ciclo de cheias do rio Tocantins que ocupou um espaço importante na vida dos mesmos. Assim como para os Xerente, o ciclo da natureza expresso pelo regime de cheia e vazante do rio Tocantins conforme os períodos de maior ou menor pluviosidade (novembro a maio e junho a outubro, respectivamente), ainda continua ditando os modos de vida dos mesmos, embora como vimos na leitura do estudo de Araújo (2016), depois da construção da UHE de Lajeado muitos problemas precisam ser enfrentados e se tornaram problemas permanentes para a existência dos índios, por exemplo o caso do plantio de roças e uso do rio para a pesca.

Com base em narrativas dos indígenas, após a construção da UHE, o território sofreu mudanças nos aspectos materiais e simbólicos. Nos aspectos materiais, dentre outros, perderam-se as áreas de plantios de roças de vazante, e ocorreu a privatização do rio, na medida em que a empresa que administra a geração de energia (INVESTCO) controla a cheia do rio de maneira artificial. As perdas de vazantes e conseqüentemente de suas roças, implicou diretamente nas formas de alimentação. Sendo assim, as narrativas apontam que o povo Xerente

ribeirinho perdeu o controle sobre o movimento das águas, o que interfere na utilização das vazantes para o plantio, bem como seu uso para a pesca.

Compreendo que é muito importante que no espaço de formação universitária seja possível ter acesso a conhecimentos que nos permitam construir uma visão crítica acerca desse tipo de empreendimento, bem como articular alternativas políticas e de organização das comunidades atingidas pelos graves problemas gerados pelos projetos de geração de energia nesta região onde vivemos.

## REFERÊNCIAS

AJARA, César(Org.) **O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira.** Rev. Bras. de Geografia, Rio de Janeiro, v. 53, p. 5-48, Out/Dez. 1991.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão – políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – século XVIII.** Goiânia: Kelps, 2006.

ARAÚJO, Rosemary Negreiros de. **Os territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwê-Xerente, e os impactos da UHE de Lajeado.** Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétricos na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado- Palmas- Porto Nacional, (TO), 1996- 2003.** 2003. 174 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 12 de dez. de 2003.

BARBOSA, Fernanda Escobar F; GIONGO, C. R. e MENDES, J. M. R. **Construção de hidrelétricas e populações atingidas no Brasil: uma revisão sistemática.** Aletheia v.51, n.1-2, p.165-176, jan./dez. 2018.

BATISTA, Lucione Souza. **A DISPUTA TERRITORIAL EM FUNÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA UHE SÃO SALVADOR.** Monografia – Curso de Geografia – UNESP- Presidente Prudente, 2011.

BEKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia.** Estudos Avançados, 19 (53), 2005.

BOTTOMORE, Tom, et alli. **Dicionário do pensamento Marxista.** Trad. Waltensir Dutra. Zahar: Rio de Janeiro, 1988.

BRANDÃO, C.R. e BORGES, M. C. **O LUGAR DA VIDA: Comunidade e Comunidade Tradicional.** Campo-Território: Revista de Geografia Agrária: Edição Especial do XXI ENGA – 2012, p. 1-23, Junho, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Comunidade Tradicional, Relatório Final do Projeto Tempos e Espaços nas comunidades rurais do Alto e Médio São Francisco – Minas Gerais, Uberlândia: UFU, 2009.**

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. 1ª. Reimpressão. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1988.

CERVINSKI, Gilberto Carlos. **Hidrelétricas no rio Madeira: Energia para que? E para quem?** Trabalho de conclusão de curso, Universidade do Espírito Santo, Erechim, Nov. 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da(org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org). **OS SABERES TRADICIONAIS E A BIODIVERSIDADE NO BRASIL**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; Núcleo de Pesquisas Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – Universidade de São Paulo, São Paulo, Fevereiro de 2000.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf**. São Paulo: UNICAMP, 2003.

FELICIANO, R. (Coord.) **Panorama da memória da eletricidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: A trajetória do movimento dos atingidos por barragens face as políticas do Setor Elétrico no Brasil**.2009. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 26 de fev. de 2010.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O TRABALHO DA MEMORIA: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GOMES, João Paulo Pombeiro e VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002**. **RAP: Revista de Administração Pública** - Rio de Janeiro 43(2): 295-321, MAR./ABR. 2009.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. **Formas de Organização Camponesa em Goiás (1954-64)**. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

LEITE, José Carlos. **Resistência e Transformação do Campesinato no Sudoeste Mato-Grossense: aspectos educativos da luta pela terra: o caso do assentamento Mirassolzinho-Jauru/MT**. Cuiabá: ed. da UFMT, 1993.

LORENZO, H. C. **Eletrificação, urbanização e crescimento industrial em São Paulo: 1880-1940.** 1993. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geografia e Ciências Econômicas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1993.

LORENZO, Helena Carvalho de. **O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: PASSADO E FUTURO.** *Perspectivas*, São Paulo, 24-25: 147-170, 2002.

MARTINS, J. (1975) **Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira.

MARTINS, J. (1981) (organizador). **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Jose de Souza. **Fronteira - a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo, HICITEC, 1997.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Os grandes projetos do PAC e a resistência popular no Araguaia- Tocantins, Economia e Infra-estrutura.** 9 de set. 2009. Disponível em <[http://www. Socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/1124-os-grandes-projetosdo-pac-e-a-resistencia-popular-no-araguaia-tocantins->](http://www.Socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/1124-os-grandes-projetosdo-pac-e-a-resistencia-popular-no-araguaia-tocantins->). Acesso no dia 12 de abr. de 2010.

MAURIZ, Tiago Veiga Madeira. **Análise do Inventário Hidroelétrico da Bacia do Rio do Sono – TO,** Subsidio para a identificação de variáveis sócioambientais aplicadas na construção de um modelo de inventário hidroelétrico dinâmico. Dissertação – Universidade Católica de Brasília – Programa de Pós-Graduação em planejamento e gestão ambiental: Brasília, 2008.

MELATTI, Júlio César. **Índios e criadores: a situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins.** Guanabara, Rio de Janeiro: Edição do Instituto de Ciências Sociais, Monografias do I.C.S - 3, 1967.

MINAYO, M. C. de S. DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade,** v. 30, 2007.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ed. Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. (1995). **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática.

OLIVEIRA, Antonio Miranda de. **Territorialidades camponesas na educação de assentados**: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: contexto, 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A Luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina**. Observatório Latinoamericano de Geografia [S.L.:s.n.], 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1993. 148 p.

SHANIN, T. “**A definição de camponês**: conceituação e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão Marxista”, Estudos Cebrap, n. 26, São Paulo, pp. 41-80, 1980.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2012.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.

SILVA, José Graziano da; STOLCK, Verena (Orgs.) **A questão Agrária**: Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin. Trad. de Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TOCANTINS. **Relatório do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia- Tocantins**. [S.L.:s.n.], 1982.

ZITZKE, Valdir Aquino. **A Rede Sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os Reassentamentos Rurais das Famílias Atingidas**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação e Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente, UFSC-Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Florianópolis, 2007.